



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E  
BIOLÓGICAS**

**AÇÕES DE COOPERATIVAS RURAIS:  
A EXPERIÊNCIA DA COOPERSABOR EM MONTE SANTO -  
TERRITÓRIO DO SISAL - BA**

**ARLETE DE MOURA ANDRADE**

**CRUZ DAS ALMAS – BAHIA  
JULHO - 2019**

**AÇÕES DE COOPERATIVAS RURAIS:  
A EXPERIÊNCIA DA COOPERSABOR EM MONTE SANTO -  
TERRITÓRIO DO SISAL - BA**

**ARLETE DE MOURA ANDRADE**

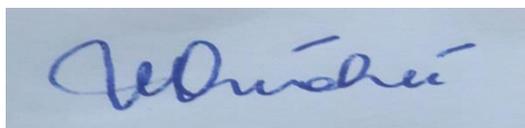
Trabalho de conclusão submetido ao Colegiado de Graduação de Agronomia do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Engenheira Agrônoma.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia da Silva Sodré

**CRUZ DAS ALMAS – BAHIA  
JULHO - 2019**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E**  
**BIOLÓGICAS**

**COMISSÃO EXAMINADORA DA DEFESA DE TRABALHO DE**  
**CONCLUSÃO DE CURSO DE ARLETE DE MOURA ANDRADE**



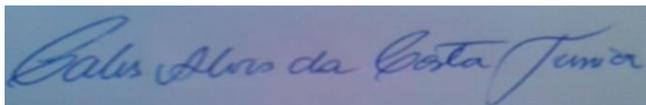
---

Profa. Dra. Maria Lúcia da Silva Sodré  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Orientadora)



---

Prof. Dr. Jair Wyzykowski  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



---

Prof. Msc. Cales Alves da Costa Junior  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

**CRUZ DAS ALMAS – BAHIA**

**JULHO – 2019**

Aos meus!

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela vida e todas as conquistas nesses anos de caminhada.

Aos meus pais, Jerônimo e Lindinalva pelo amor, cuidado, carinho e dedicação.

A minha irmã Ri, pelo apoio, torcida, companheirismo e incentivo.

A meu irmão Edvaldo, pelo apoio e torcida.

Aos meus sobrinhos Júlia e Arthur, por conseguirem me trazer alento nos momentos mais difíceis.

Ao meu namorado Fabricio Chagas, pelo apoio, contribuições e compreensão nos momentos de angústia.

A todos os meus tios, em especial tio Jose por sempre se fazer presente.

Aos meus avos, por todos os ensinamentos.

A minha orientadora Maria Lúcia, por continuar a me ajudar, mesmo diante das ausências e falta de disciplina.

A COOPERSABOR e ARESOL por viabilizarem a realização deste trabalho.

Aos agricultores familiares por continuarem resistindo mesmo diante das dificuldades.

A UFRB e aos políticos que buscam uma educação de qualidade gratuita e para todos.

Por fim, a todos aqueles que de longe ou de perto contribuíram para tornar possível a caminhada até aqui.

## SUMÁRIO

RESUMO.....	i
ABSTRACT.....	ii
LISTA DE FIGURAS.....	iii
LISTA DE GRÁFICOS.....	iii
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Objetivo Geral.....	3
1.2 Objetivos Específicos.....	4
2. REFERENCIAL TEÓRICO .....	5
2.1 O que é Agricultura Familiar.....	5
2.2 O cooperativismo no contexto da agricultura familiar.....	9
3. PROCEDIMENTO DA PESQUISA E SEU PÚBLICO.....	13
3.1 Histórico de formação da COOPERSABOR .....	14
4. RESULTADO E DISCUSSÕES.....	17
4.1 Caracterização do município de Monte Santo.....	17
4.2 Caracterização dos grupos e a atuação da COOPERSABOR na percepção dos cooperados.....	18
4.3 Aspectos Produtivos: limites e potencialidades.....	25
4.4 Comercializações: limites e potencialidades.....	32
4.5 Organização social: importância na configuração da cooperativa....	36
4.7 Visão da COOPERSABOR e ações nos grupos produtivos.....	42
4.8 Elementos do Modelo de Oliveira (2006 apud GAMA; SILVA, 2010) nos grupos produtivos da COOPERSABOR.....	44
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49
APÊNDICE.....	55

## RESUMO

A região Nordeste do Brasil tem no meio rural sua ocupação representativa de agricultores familiares que vivem e desenvolvem suas atividades produtivas, na maioria das vezes, em minifúndios, com limitações que vão desde as impostas pelo clima até as oriundas da falta de políticas públicas efetivas. Limitações, que têm reflexos diretos na produção e na comercialização de seus produtos, no entanto, não impedem que possuam participação na produção agrícola do Nordeste. Neste cenário, a organização social via estruturas de associações e cooperativas podem representar alternativas capazes de possibilitar mudanças nas condições de produção, de mercado e de vida dos mesmos. O objetivo foi analisar as ações da Cooperativa Regional de Agricultores/as Familiares e Extrativistas da Economia Popular e Solidária (COOPERSABOR) frente a sete grupos de produção e seus consumidores no município de Monte Santo, Território do Sisal. Para alcançar os objetivos foi realizada, *a priori*, uma pesquisa bibliográfica para compreender as atuais ideias sobre, o tema abordado, e, com base no modelo de Oliveira (2006), comparar as ações da cooperativa em campo. Em seguida, visitou o *locus* para entrevistar sete grupos produtivos que fazem parte da COOPERSABOR. Os principais resultados apontaram que a COOPERSABOR tem contribuído para melhorar diversos aspectos na vida dos seus integrantes, tanto no sentido da produção, quanto comercialização e organização social, buscando atender um modelo de gestão que inclui dispositivos de planejamento estratégico, componentes tecnológicos, componentes de avaliação e componentes comportamentais. Concluiu-se que as ações da COOPERSABOR refletem em mudança de vida dos agricultores e suas famílias, mas outras ações ainda são necessárias para fortalecer ainda mais a estrutura Cooperativa no território e o atendimento a outros grupos de agricultores familiares, também necessitados.

**Palavras-chave:** Cooperativismo, Comercialização, Mudança de Vida.

## ABSTRACT

The Northeastern region of Brazil has a representative occupation of family farmers who live and develop their productive activities, most of times, in minifundios, with limitations ranging from those imposed by the climate to those resulting from a lack of effective public policies. Limitations, which have direct repercussions on the production and marketing of their products, however, do not prevent them from having a share in agricultural production in the Northeast. In this scenario, the social organization through associations and cooperative structures can represent alternatives capable of making changes in the conditions of production, market and their life. And in this scenario, this study is presented, which has as a cutback the Regional Cooperative of Farmers / Family and Extractivists of the Popular and Solidarity Economy (COOPERSABOR) and its actions in front of the seven production groups it serves. These groups are located in the municipality of Monte Santo in the Territory of Sisal. This research has as general objective to know the actions developed by COOPERSABOR in front of the family farmers linked to the groups served by the Cooperative. In order to respond to the objectives, a bibliographical research was carried out in order to better contextualize the topic, and, based on Oliveira's model (2006), to compare the cooperative's actions in the field. It was also used a Field Survey with the application of interviews to 7 of the productive groups that are part of COOPERSABOR. The main results pointed out that COOPERSABOR has contributed to improve several aspects in the life of its members, both in terms of production, marketing and social organization seeking to meet a management model that includes strategic planning tools, technological components, evaluation components and behavioral components. It was concluded that the actions of COOPERSABOR reflect on the life change of the farmers and their families, but other actions are still necessary to further strengthen the Cooperative structure in the territory and the attendance to other groups of family farmers, also in need.

**Key words:** Cooperativism, Marketing, Change of Life.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1-</b> Mapa de Monte Santo .....	18
<b>Figura 2-</b> Padronização dos produtos.....	21
<b>Figura 3-</b> Estrutura de acordo com a legislação.....	27
<b>Figura 4-</b> Estrutura de acordo com a legislação.....	28
<b>Figura 5-</b> Componentes do Modelo de gestão estudados na COOPERSABOR.....	45

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1-</b> Papel da Coopersabor na percepção dos cooperados.....	20
<b>Gráfico 2-</b> Mudanças observadas depois da atuação da Coopersabor.....	23
<b>Gráfico 3-</b> Formas de troca de conhecimento entre os grupos.....	24
<b>Gráfico 4-</b> Responsáveis pelas capacitações aos cooperados.....	35
<b>Gráfico 5-</b> Responsáveis por incentivar a formação dos grupos de produção.....	37

## 1- INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é uma categoria social muito presente no Nordeste, principalmente na Bahia. Ao longo dos anos tem mostrado a sua importância, com ênfase na produção agropecuária. A categoria tem resistido diante das dificuldades e limitações enfrentadas, diante disso, o cooperativismo tem se mostrado fundamental como instrumento de enfrentamento e busca por saídas.

A região Nordeste apresenta um número muito grande de agricultores familiares, chegando a ocupar 50% dos estabelecimentos ali existentes (GAMA; SILVA, 2010). Dados apontam que a Bahia é o Estado com o maior número de agricultores familiares do Brasil, representam 665.767 estabelecimentos (IBGE, 2006). Estes agricultores desenvolvem suas atividades agrícolas e pecuárias em suas áreas, sendo em maioria minifúndios, mesmo com limitação de área, de assessoria técnica, dos problemas climáticos, dentre outros, conseguem produzir 50,2% da produção agrícola total do Nordeste (GUANZIROLI; DI SABBATO; VIDAL, 2014).

Na Bahia, o número de estabelecimentos agrícolas representa 761.558, no total, destes 87,42% pertencem à agricultura familiar (IBGE, 2006). Este dado aponta o quanto é expressivo o número de estabelecimentos familiares no estado, mostrando a forte presença dessa categoria na Bahia, no entanto, essa expressividade não se reproduz na extensão de área territorial ocupada, como já destacada, assim como, em melhores condições de vida para àqueles que vivem no campo e tem sua reprodução social a partir dele.

Os dados apontam ainda que a agricultura familiar é uma categoria que possui muitas potencialidades, e, embora existam políticas públicas (PRONAF, PNAE e PAA) que visam atender suas demandas e necessidade, sobretudo, nos últimos 20 anos, há ainda muito que ser feito. Dentre as estratégias de ação, se faz necessário uma assessoria técnica contextualizada e contínua, acesso aos créditos, à oportunidade de novos mercados, promoção de uma organização social que fortaleça os agricultores, e nesse contexto, o associativismo e o cooperativismo, são apontados como alternativas capazes de possibilitar mudanças na atividade de produção e de mercado, no aumento do poder de negociação, melhorando os preços e garantindo acesso a novos mercados com reflexos positivos nas condições de vida dos mesmos (GAMA; SILVA, 2010).

Diante do exposto, cabe a seguinte questão, será que o processo associativo, especificamente a cooperativa, é capaz de promover mudanças nas vidas dos seus cooperados, e, como consequência, o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvido rural?

É nesse cenário que se apresenta o estudo aqui proposto, que tem como recorte, especificamente, 7 grupos atendidos, do total de 22 grupos produtivos, pela Cooperativa Regional de Agricultores/as Familiares e Extrativistas da Economia Popular e Solidária (COOPERSABOR) no município de Monte Santo no Território do Sisal. Fez-se necessária a escolha destes grupos devido à dificuldade de alcançar a todos. Os grupos atualmente atendidos pela COOPERSABOR no município de Monte Santo possuem como atividade produtiva um leque de ações que vai desde o agroextrativismo e beneficiamento de frutas nativas como o umbu, maracujá da Caatinga e licuri, ao beneficiamento das frutas cultivadas nos quintais como acerola, manga e goiaba. Integrando também grupos que trabalham com derivados da mandioca e com a cadeia produtiva de caprinos e ovinos (LEITE et al, 2016).

Os grupos pesquisados foram Grupo Semente de Esperança situado na comunidade Lagoa do Pimentel trabalha com o beneficiamento do licuri; Grupo Produtivo de Riacho da Onça trabalha com o beneficiamento de frutas e está localizado na comunidade Riacho da Onça; Grupo Sabores da Tapera trabalha com beneficiamento de frutas, situado na comunidade Tapera; Grupo Mulheres Cidadãs situado na Comunidade Saguim, trabalha com beneficiamento de frutas; Grupo de beneficiamento de frutas situado na comunidade de Lagoa Redonda e trabalha com beneficiamento de frutas; Grupo Casa de farinha, situado na comunidade de Salgado, trabalha com o beneficiamento da mandioca e Grupo Mulheres de Esperança situado na comunidade de Salgado, também trabalha com beneficiamento de frutas.

Esta Cooperativa abrange outros municípios no território, além de municípios de Monte Santo, como Cansanção, Itiúba e Nordestina, e, é responsável pela assistência em diversas áreas principalmente a grupos produtivos e solidários composto por mulheres e jovens que buscam produzir de forma sustentável com práticas baseadas nos princípios agroecológicos.

Este trabalho se justifica pelo significado que a agricultura familiar tem no Estado, e, especificamente, no território do Sisal, assim como, pela importância de

se conhecer se a ação das cooperativas traz, de fato, resultados às famílias vinculadas. Justificando-se também pela crescente necessidade de estudos no meio acadêmico voltados para essa área.

Conhecer mais da realidade local teve como motivação o fato desta autora ser moradora do município de Monte Santo, e, filha de agricultores familiares, e, tendo como intenção, buscar, de alguma forma, um retorno para os agricultores do município. Também despertou interesse pelo tema, o fato de ter participado do Projeto Mais Mercado em parceria com a UFRB que trabalhou com a demanda e da oferta no contexto da agricultura familiar no território do Sisal.

Esse trabalho está dividido em cinco seções. A primeira seção iremos informar os objetivos, os temas abordados e a relevância de cada um para o estudo aqui proposto. Na segunda seção discutiremos o que é agricultura familiar e o cooperativismo nesse contexto. Na terceira seção iremos descrever os caminhos percorridos durante a realização do trabalho e falar um pouco da formação da COOPERSABOR. Na quarta seção caracterizaremos o município de Monte Santo, os grupos e a atuação da COOPERSABOR na percepção dos cooperados, analisaremos os aspectos produtivos e a comercialização, considerando seus limites e potencialidades, a organização social e a sua importância na configuração da cooperativa, visão da COOPERSABOR e ações nos grupos produtivos e, elementos do Modelo de Gestão de Oliveira (2006 apud GAMA; SILVA, 2010) nos grupos produtivos da COOPERSABOR. E na última seção registraremos considerações finais da possível resposta da pesquisa.

### **1.1 - Objetivo Geral**

- Identificar as ações desenvolvidas pela COOPERSABOR frente aos agricultores familiares vinculados aos grupos atendidos pela Cooperativa.

## **1.2 - Objetivos Específicos**

- Identificar problemas e potencialidades na organização social, na produção e na comercialização na percepção dos cooperados e também da COOPERSABOR;
- Apontar quais políticas públicas os cooperados têm acesso e seus benefícios;
- Identificar as ações desenvolvidas pela Cooperativa e seus benefícios com base no procedimento de análise de Oliveira (2006);
- Analisar as mudanças de vida dos cooperados frente às ações da COOPERSABOR.

## 2 - REFERENCIAL TEÓRICO

Agricultura familiar nos últimos anos tem ganhado espaço nos debates, nos estudos e pesquisas, tem conquistado o seu reconhecimento por meio das políticas públicas exclusivas para essa categoria e por meio da organização social tem superados muitos limites, ressaltando suas potencialidades.

### 2.1 - O que é Agricultura Familiar?

Agricultura familiar, uma categoria bastante discutida, que traz em seu conceito características específicas que a define como sendo um conjunto de indivíduo que vive no meio rural e junto com sua família desenvolve suas atividades ligadas ao campo (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

Legalmente a agricultura familiar está amparada pela Lei 11.326 de 2006, a mesma reconhece como sendo agricultor (a) familiar sujeito que desenvolve suas atividades no Campo, atendendo os seguintes critérios: possuir área inferior ou igual a quatro módulos fiscais, utilizar predominantemente mão-de-obra da família na realização das atividades na propriedade, gerir a propriedade junto com a família, dentre outras (GUANZIROLI; DI SABBATO; VIDAL, 2014).

Assim, elementos como, contexto social específico, a interação com os diferentes ecossistemas e sua origem histórica, além do apego a terra, seu modo de vida particular, e, a relação indissociável entre terra, trabalho e família também lhes confere uma identidade social, a de agricultor familiar.

Autores apontam que:

[...] essa identidade social está assentado no fato de que constituem um vasto contingente social que possui acesso precário parcial ou insuficiente a meios de produção, como terra e capital produtivo, assim como informação e canais de escoamento de sua produção excedentária. A força de trabalho da família é seu principal fator abundante, mas enquanto um núcleo familiar, trabalho e produção fazem parte de um todo indivisível (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p. 994).

É importante ressaltar que a identidade social de agricultor familiar se baseia, sobretudo, nos significados que ele atribui e na maneira como faz uso da força de trabalho, da terra, dos meios de produção e na relação de troca de saberes dentro e fora da família (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007). Esse conjunto de ações define quem é esse agricultor familiar, e o seu pertencimento a esta categoria.

No Brasil podem-se encontrar agricultores familiares com denominação diferentes, devido à complexidade que envolve esta categoria, podendo ser denominado como colono, sitiante, posseiro, ribeirinho, assentado da reforma agrária, no entanto, isso não torna inválido o pertencimento à mesma categoria (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008). As denominações dadas são muitas, no entanto, isso não impede de possuírem características comuns que os fazem pertencentes a um só grupo, o de agricultores familiares, institucionalmente estabelecidos, a partir de meados da década de 1990.

A agricultura familiar possui uma participação expressiva no contexto agrícola nacional, considerando que a sobrevivência do agricultor familiar e sua família são garantidas por atividades ligadas a terra, desenvolvidas em sua propriedade rural, contando ainda com a comercialização dos seus produtos que favorecem a geração de ocupação e renda na sua localidade (GAMA; SILVA, 2010). Estas características enfatizam a importância que possui tanto para o núcleo familiar, como para o local onde está inserido, assim como, para o País.

No entanto, cabe destacar que, “nessa forma de organização do trabalho e produção, as atividades agrícolas quase sempre coexistem e se complementam com outras atividades não agrícolas, como o artesanato e o comércio, tornando as unidades pluriativas” (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p. 995). Esse conjunto de atividades desenvolvidas simultaneamente é responsável por caracterizar e viabilizar a existência desse modo de vida, a agricultura familiar.

A diversificação nas atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares é a principal responsável pelo sucesso da sua propriedade, visto que em períodos de entressafra ou de baixa de preço de um produto, sua renda não será afetada em grande percentual, por conta dos demais produtos, o que garante a sua permanência no campo (PETINARI; TERESO; BERGAMASCO, 2008). Esta configuração representa estratégias de reprodução social e a continuidade da agricultura familiar, pois o fato da não execução de apenas uma atividade produtiva tende a reduzir os riscos que qualquer atividade agrícola apresenta.

Diante do exposto, é possível perceber que a agricultura familiar possui suas carências relativas aos meios de produção e, considerando este cenário, ocorreram muitas reivindicações em diversas áreas. O “combate à pobreza e geração de renda” que busca “viabilizar a produção e comercialização de produtos agrícolas” em

mercados diferenciados (WAGNER; GEHLEN, 2015, p. 47), é uma das reivindicações.

Buscando atender a estas reivindicações, alguns programas e políticas públicas foram implementados, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), como ações necessárias para sua viabilidade e fortalecimento (GRISA, 2012).

O PRONAF foi Institucionalizado em 1995, esse fato representa um importante marco para a agricultura familiar, pois a partir desse momento o Estado passou a reconhecer politicamente e institucionalmente esses agricultores, atendendo as exigências feitas pelos movimentos, tanto sociais como sindicais que pediam políticas de desenvolvimento capazes de atender as particularidades desse grupo (GRISA, 2012).

Cabe destacar que o reconhecimento da agricultura familiar, por parte do Estado, é resultado de muita cobrança e reivindicação feita pelas organizações que a representa. Fruto desse reconhecimento é a política específica para fortalecer essa categoria, como citado, o PRONAF que tem como pretensão financiar a produção, financiar infraestrutura e serviços básicos municipais, capacitar e profissionalizar, e financiar a realização de extensão e pesquisa (GRISA, 2012). O incentivo financeiro é de fundamental importância para a agricultura familiar, visto que nem sempre esses agricultores familiares detêm recurso para investir na atividade produtiva.

Pode-se dizer que a criação institucional do PRONAF abriu espaço para a criação de outras políticas e programas para a agricultura familiar a exemplo dos programas vinculados aos mercados institucionais como o PAA e o PNAE (Lei nº 11.947/2009). O PAA, no contexto do mercado institucional foi criado em 2003, o mesmo possui como uma das suas muitas finalidades a inclusão econômica e social da agricultura familiar por meio do estímulo a produção sustentável, beneficiamento de alimentos, proporcionando o aumento da renda, além de estimular a população a conservar e valorizar os produtos fruto da agricultura familiar (BRASIL, 2003).

Este programa permite a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar sem a necessidade de haver licitação, o que viabiliza a compra desses gêneros com o intuito de formar “estoques públicos, doação de cestas básicas e

doação para instituições de ensino público e filantrópicas” (WAGNER; GEHLEN, 2015, p. 47). Este se configura um importante canal de comercialização para os agricultores familiares, além de proporcionar a quem se encontra em situação de vulnerabilidade, o consumo de alimentos de qualidade.

O PNAE, também se configura como um mercado institucional, e, foi criado pelo Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955 com o objetivo de melhorar o valor nutricional dos produtos oferecidos na merenda escolar, além de conseguir esses produtos a baixos preços (BRASIL, 1955). Desde o surgimento o PNAE passou por diversos ajustes, dentre esses em 2001 quando se tornou obrigatório o uso de 70% dos recursos repassados pelo Governo Federal para a compra de produtos básicos, respeitando os hábitos locais e priorizando a produção municipal (BRASIL, 2001). Isso não foi suficiente para mudar a forma de compra, que continuou a ser feita pela Lei de Licitações, desconsiderando os produtores locais que não podiam beneficiar-se da mesma (WAGNER; GEHLEN, 2015).

No entanto, em 2009 a partir da Lei nº 11.947/2009 passou a ser obrigatório o uso de no mínimo 30% dos recursos passados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao PNAE para compra de produtos alimentícios com origem na agricultura familiar, dando preferência aos assentamentos de reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas (BRASIL, 2009). As alterações sofridas pelo programa serviram para garantir mesmo que juridicamente mais um mercado institucional para a agricultura familiar, mas, sobretudo, o fortalecimento desta categoria.

As políticas públicas, portanto, voltadas para a agricultura familiar têm como foco promover a inclusão social, gerar renda, visando também o desenvolvimento do território, promoção da segurança alimentar e nutricional associada a produção de alimentos seguindo os requisitos da sustentabilidade (GRISA, 2012).

É importante salientar que embora existam as políticas e programas destinados para a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares, não é sempre que estes conseguem acessar. Daí uma saída, pode ser o processo associativo como a “criação de cooperativas rurais para comercialização e beneficiamento dos produtos agrícolas oriundos da agricultura familiar” (GAMA; SILVA, 2010, p. 5).

Estes autores salientam que, essas organizações, na maioria das vezes, facilitam o acesso dos agricultores familiares às políticas públicas, possibilita o acesso a mercados diferenciados, reduzem custos da produção e de logística, com benefícios diretos para o agricultor e sua família, além de promover a sua organização social que lhes possibilitam outras conquistas, sendo assim, o associativismo e o cooperativismo é estratégica de ação para mudança de vida desses agricultores e fortalecimento da agricultura familiar.

## **2.2 - O Cooperativismo no contexto da agricultura familiar**

As cooperativas encontram-se legalmente amparadas no Brasil pela Lei 5.764 de Dezembro de 1971 (BRASIL, 1971). Cada cooperativa deve constituir suas próprias normas, obedecendo à lei que as regulamenta e levando em conta as necessidades daqueles que a compõem (GAMA; SILVA, 2010). A cooperativa pode ser definida como: “uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer as suas necessidades comuns e aspirações econômicas, sociais e culturais através de uma empresa de propriedade conjunta, controlada democraticamente” (SICCOOB, 2018).

O cooperativismo é, portanto, uma doutrina que possui o objetivo de solucionar “problemas sociais [econômicos] por meio da criação de comunidades de cooperação”, essas “comunidades seriam formadas por indivíduos livres, que se encarregariam da gestão da produção e teriam participação igualitária em todos os bens adquiridos coletivamente” (SANDRONI, 1999, p. 132).

No âmbito da agricultura familiar as cooperativas, quase sempre estão vinculadas aos pequenos e médios agricultores, um dos motivos pelo quais se faz necessário sua organização em estruturas cooperativas como forma de melhorar sua organização e driblar os gargalos das atividades produtivas e de mercado, sobretudo vinculados à comercialização de seus produtos que envolvem aspectos produtivos, como a compra de insumos, processamentos, beneficiamentos, rotulagens, embalagens, logística, mercado, dentre outros.

Tal estrutura organizativa pode-se configurar em uma saída para aqueles que diante das dificuldades enfrentadas resolvem unir-se a outros e juntos assumirem gerenciar um negócio próprio, com riscos, mas também com vantagens, que tendem a beneficiar cada um dos cooperados.

E nesse sentido, é importante ressaltar ainda que, os processos de competitividade entre os diversos mercados de produtos agrícolas deixaram as disputas cada vez mais acirradas entre os agricultores, este fenômeno tende a representar a exclusão de alguns agricultores familiares nos sistemas de produção.

É assim que, no âmbito da agricultura familiar, o associativismo se mostra como ferramenta fundamental no processo organizativo, não apenas social, mas, também político e econômico. Nesta perspectiva, o cooperativismo constitui-se como uma alternativa viável e interessante para os agricultores familiares no sentido de, a partir de sua organização no processo de comercialização de seus produtos, conseguem viabilizar agregação de valor, e inserção de seus produtos nos diversos canais de comercialização, sobretudo, nos mercados locais e territoriais/regionais, e, assim enfrentando os diversos espaços de concorrência.

Mas, é preciso compreender, sobretudo, no contexto da agricultura familiar que já enfrenta problemas de diversas naturezas que, como em uma engrenagem em uma cooperativa “cada parte é importante para o conjunto”, portanto, o desempenho da instituição é de responsabilidade de todos os componentes, que devem conhecer e seguir as normas e princípios cooperativistas, a fim de beneficiar a todos (GAMA; SILVA, 2010, p. 2).

Além disso, é importante salientar também que, cada empreendimento cooperativo deve constituir suas próprias normas, obedecendo à lei que as regulamenta e levando em conta as necessidades daqueles que a compõem (GAMA; SILVA, 2010), isso poderá levá-los a um nível de pertencimento maior, favorecendo o empenho no cumprimento das tarefas delegadas e resolução de eventuais problemas, de forma coletiva e democrática entre os agricultores.

Diversos estudos apontam que, a formação de empreendimentos cooperativos e associações visam melhorar a inserção em novos mercados, fortalecimento dos já acessados e melhores preços nas negociações dado o maior volume de mercadoria (ROSA et al 2008), e, para a agricultura familiar, especificamente, esta mudança também respalda-se na redução da ação de atravessadores fenômeno ainda muito comum no mercado da agricultura familiar.

Essas são algumas das vantagens nas quais pessoas que não se encontram organizadas em forma de cooperativas ou associações não podem ser beneficiadas, assim, cabe a elas procurar organizações associativas que possua o seu perfil para

fazer parte, isso se for da sua vontade, já que ao fazer parte de uma dessas organizações pode-se gozar dos direitos e benefícios, mas também devem cumprir com os seus deveres, uma vez que, esta estrutura passa a ser responsabilidade de todos os associados.

Importante ressaltar, mais uma vez que, “os empreendimentos cooperativos são geridos de maneira democrática pelos sócios”, estes “são ao mesmo tempo donos e usuários do serviço”. Sendo assim, o capital e os meios de produção pertencem ao conjunto de cooperados que formam a cooperativa, e o recurso oriundo das vendas deve ser dividido entre todos os membros, considerando a participação na produção (SOUSA, 2009, p. 2).

Cabe destacar ainda que, o sentimento de pertencimento adquirido pelos cooperados, sobretudo na agricultura familiar, em relação à Cooperativa deve gerar maior motivação e dedicação dos cooperados que passam a sentir-se como os verdadeiros donos dos negócios, refletindo em melhores resultados e ressaltando a importância da gestão participativa.

As cooperativas, como qualquer empresa devem ser bem sucedidas para permanecerem em funcionamento, para tanto, precisam estar atentas às tendências de mercado, fazer avaliações da gestão e da sua sustentabilidade e para isso a elaboração do planejamento não pode ser negligenciada (GAMA; SILVA, 2010). Oliveira (2012) enfatiza que todas as cooperativas existentes devem se preocupar em definir as etapas necessárias a construção do plano estratégico, sendo que a falta de critérios, na elaboração, podem resultar em objetivos mal traçados e maiores dificuldades em alcançá-los, uma vez que, o plano estratégico é o responsável por nortear todas as ações da cooperativa e melhorar a eficiência.

O planejamento estratégico permitirá aos cooperados um melhor entendimento do mercado em que estão inseridos, melhorando a sua atuação, visto que, a maior parte das cooperativas brasileiras interrompem suas atividades ou perdem competitividade devido o despreparo dos cooperados para lidar com o mercado em que atuam e com suas características específicas (GAMA; SILVA, 2010).

Para tanto, Oliveira (2012) propôs um modelo de gestão para as cooperativas, este baseado em sete componentes, sendo eles: estratégicos, estruturais, tecnológicos, de mudanças, de avaliação, comportamentais e diretivos, no entanto, o

modelo não é imutável, ou seja, deve ser adaptado de acordo com a realidade de cada cooperativa.

Os componentes do modelo visam atender a maioria das questões relacionada à cooperativa, analisando os aspectos comportamentais dos gestores e cooperados, a forma como são organizadas as cooperativas e como são geridos os bancos de dados, de maneira a favorecer maior percepção da inserção da organização no mercado. Todos estes dispositivos, tendem a proporcionar tomadas de decisões mais assertivas e céleres, melhoria da motivação e das relações interpessoais e ambientes mais propícios às mudanças, de forma a obter melhoria da qualidade dos produtos, expansão de mercado e longevidade da cooperativa (GAMA; SILVA, 2010), ferramentas importantes para o fortalecimento da estrutura e garantias de manutenção e permanência para os cooperados.

### **3 - PROCEDIMENTO DA PESQUISA E SEU PÚBLICO**

Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, tratada como sendo “o estudo sistematizado desenvolvido com base no material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral” (VERGARA, 2005, p. 46), com o objetivo de melhor contextualizar o tema abordado, e, com base no modelo de Oliveira (2006) citado por Gama e Silva (2010) comparar os resultados colhidos em campo.

Desenvolvida por orientações da Pesquisa de Campo, a coleta dos dados foi feita por meio de entrevista semiestruturada (APÊNDICE A). As entrevistas foram com sete grupos de produção de agricultores familiares que fornecem seus produtos a cooperativa COOPERSABOR, nos quais cinco realizam o beneficiamento de frutas nativas (umbu e maracujá da caatinga) e cultivadas (acerola, manga e goiaba), um realiza o beneficiamento da mandioca e o outro beneficiamento do licuri. Todos os sete grupos entrevistados estão situados no município de Monte Santo, a maioria se encontra em comunidades rurais diferentes, exceto dois dos grupos.

Os cinco grupos de beneficiamento de frutas, é composto por 30 pessoas, sendo, 10 homens e 20 mulheres, tendo em média 2 homens e 4 mulheres por grupo. O grupo de beneficiamento da mandioca é composto por 72 pessoas, nas quais são 22 homens e 50 mulheres e o grupo de beneficiamento do licuri que possui em sua composição 4 homens e 2 mulheres, totaliza 6 pessoas.

Os grupos que responderam à entrevista foram: Grupo Semente de Esperança situado na comunidade Lagoa do Pimentel trabalha com o beneficiamento do licuri; Grupo Produtivo de Riacho da Onça trabalha com o beneficiamento de frutas e está localizado na comunidade Riacho da Onça; Grupo Sabores da Tapera trabalha com beneficiamento de frutas, situado na comunidade Tapera; Grupo Mulheres Cidadãs situado na Comunidade Saguim, trabalha com beneficiamento de frutas; Grupo de beneficiamento de frutas situado na comunidade de Lagoa Redonda e trabalha com beneficiamento de frutas; Grupo Casa de farinha, situado na comunidade de Salgado, trabalha com o beneficiamento da mandioca e Grupo Mulheres de Esperança situado na comunidade de Salgado, também trabalha com beneficiamento de frutas.

Estes grupos de produção foram escolhidos por fazerem parte da COOPERSABOR, e, portanto agricultores familiares, além de desenvolverem

atividades coletivas em grupos de produção. A escolha das pessoas entrevistadas nos grupos de produção foi feita a partir da possibilidade de encontrá-las na sede da COOPERSABOR. No total dos 7 grupos de produção foram entrevistadas 7 agricultores, sendo um representante de cada grupo. Foi entrevistado também um agricultor que é o coordenador da COOPERSABOR.

O roteiro de campo foi dividido em cinco blocos de questões sobre diferentes áreas relativas ao funcionamento do grupo, sendo eles: identificação; atuação da Coopersabor na percepção dos cooperados; produção; mercado e organização social.

Uma entrevista também foi elaborada e aplicada à coordenação da Cooperativa, buscando saber qual a percepção da Cooperativa em relação aos seus cooperados, considerando as ações desenvolvidas, dificuldades enfrentadas, potencialidades visualizadas e mudanças alcançadas nos grupos a partir da atuação da Cooperativa.

Todas as entrevistas foram aplicadas em janeiro de 2019 na sede da ARESOL, onde está alocada a COOPERSABOR em Monte Santo, por questões de inviabilidade de deslocamento para *locus* da pesquisa, as entrevistas foram na sede.

Após a aplicação das entrevistas os dados foram sistematizados e tabulados, e, a partir desses foram construídos gráficos com o uso do Excel.

### **3.1- Histórico de formação da COOPERSABOR**

A região Nordeste, sobretudo, a região Semiárida, sempre foi marcada por longos períodos de estiagem, fazendo com que o seu povo passasse por muitos desafios, dentre eles o alto índice de mortalidade infantil e a fome. Em meio a tantas dificuldades enfrentadas por esse povo e sem um Estado que atendesse as suas necessidades, através de políticas públicas, restava a Igreja Católica por meio da Pastoral da Criança.

A Pastoral da Criança é definida como “sociedade civil de direito privado, de natureza filantrópica, sem fins econômicos, com atuação em nível nacional”, essa instituição é um instrumento de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (PASTORAL DA CRIANÇA, 2019, n.p) com o objetivo de realizar atividades principalmente com os agentes comunitários voluntários para que os

mesmos pudessem repassar para as famílias práticas e tecnologias como a multimistura (composta por farelo de trigo ou de arroz, semente de abóbora, folhas verdes e casca de ovos), assim como, o soro caseiro (composto por água filtrada ou fervida, sal e açúcar), técnicas simples que viessem a facilitar a sobrevivência e a redução da desnutrição aos menos favorecidos (ARESOL, 2019).

Ao longo dos anos e com os incentivos da Pastoral da Criança através de capacitações e assessoramento dos grupos de geração de renda, há em 2007 a consolidação de 48 grupos, formados por agricultores familiares, jovens e adultos, formando uma rede de grupos produtivos solidários conhecidos como Associação Regional dos Grupos Solidários de Geração de Renda (ARESOL) que passou a gerir o Fundo Rotativo Solidário (FRS) (ARESOL, 2019).

Este fundo é considerado uma ferramenta de finanças solidárias, onde um recurso público sem devolução é destinado a uma comunidade que se encarregará de gerir esse recurso, multiplicando-o e investindo em outras necessidades da mesma, assim, quem foi beneficiado contribui para que ele continue a existir (GONÇALVES, 2010, p. 06). O FRS funciona com base em valores sociais como: responsabilidade, compromisso, e solidariedade. É com base nesses valores que o FRS se mantém vivo, pronto para beneficiar outros grupos.

A ARESOL é uma entidade que não possui fins lucrativo, composta por grupos produtivos solidários, atua na promoção da economia popular e solidária na região de Senhor do Bonfim/BA. A mesma possui a missão de promover a formação política social e humana através de apoio às atividades voltadas para a agricultura familiar sustentável e solidária de geração trabalho e renda nas comunidades empobrecidas (ARESOL, 2019). As ações da ARESOL são voltadas para formação política; organização da produção; comercialização frente ao mercado convencional monopolista do capital; e luta pelo acesso as políticas públicas (ARESOL, 2019).

Foi o trabalho desenvolvido pela ARESOL quem deu a base para criação da Cooperativa Regional de Agricultores/as Familiares e Extrativistas da Economia Popular e Solidária (COOPERSABOR), objeto deste estudo, em 2014, a partir da necessidade de se ter uma comercialização justa para seus produtos, além da assistência em diversas áreas principalmente a grupos produtivos e solidários que buscam produzir de forma sustentável com práticas agroecológicas nas

comunidades tradicionais como os quilombolas, os assentamentos de reforma agrária e os Fundo de Pasto<sup>1</sup>, (ARESOL, 2019).

Monte Santo possui 22 grupos produtivos solidários, com uma produção diversificada como já destacado, além dos grupos produtivos, cabe salientar também, o ponto coletivo de vendas, MONTE SABORES, que fica situado no centro da cidade e representa um espaço de exposição para aqueles que disponibilizam seus produtos, ao mesmo tempo, que representa um espaço de mercado para os que desejam comprar.

---

<sup>1</sup> Forma de ocupação de território própria do semiárido da Bahia, possui como característica a ocupação por pessoas com grau de parentesco e compadrio entre si, criação de animais de pequeno porte em áreas coletivas, cultivo de lavouras em áreas individuais e realização do extrativismo vegetal.

## **4 - RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Nessa seção será apresentado os dados colhidos em campo, a caracterização do município de Monte Santo e dos grupos produtivos pesquisados. A partir dos dados identificar as ações desenvolvidas com base no Modelo de Gestão de Oliveira(2006 apud GAMA; SILVA, 2010), relativas ao planejamento estratégico, componentes tecnológicos, componentes de avaliação e componentes comportamentais.

### **4.1 - Caracterização do município de Monte Santo**

Monte Santo é um município baiano que pertence ao Território de Identidade do Sisal, está localizado a 363,2km da capital baiana – Salvador (Figura 1). Possui uma área de 3.186km<sup>2</sup>. A sua população representa um total de 52.338 habitantes, nos quais 26.586 são homens, correspondendo a 50,79% da população e 25.752 são mulheres, representando 49.20% da população. Ela é majoritariamente rural, com 83,10% da população residentes no campo (43,493 habitantes) e 16,90% no centro urbano (8.845 habitantes) (IBGE, 2010).

Sua principal fonte de renda é a agropecuária, o município possui 7.767 estabelecimentos pertencentes à agricultura familiar, o que representa 91,21% do total de estabelecimentos existentes no município, e, nesse sentido, aponta o qual importante é a agricultura familiar na região, e ocupa uma área de 92.315ha (IBGE, 2006).

Uma parcela dos agricultores locais se encontra organizados em forma de associações comunitárias, sindicato e Cooperativa. O município possui 19 associações comunitárias com Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP- Jurídica), estas, formadas por agricultores familiares e devidamente registradas, uma Cooperativa de agricultores familiares que também possui a sua DAP- Jurídica e 11.938 agricultores familiares com DAP- Física (BRASIL, 2019), a DAP é o instrumento que garante o acesso às políticas públicas e programas destinados ao agricultor familiar. Recentemente a DAP foi substituída pelo Cadastro de Agricultura Familiar (CAF), com algumas prerrogativas diferentes da DAP.

**Figura 1 - Mapa de Monte Santo**



Fonte - Adaptado de Cartilha ZEE: Caracterização dos Territórios de Identidade

#### **4.2 - Caracterização dos grupos e a atuação da COOPERSABOR na percepção dos cooperados**

Os sete grupos produtivos pesquisados são compostos por agricultores e agricultoras familiares, todos residentes no município de Monte Santo, que buscam por meio de uma atividade produtiva desenvolvida em grupo melhorar sua qualidade de vida, superando as dificuldades enfrentadas relativas à produção e comercialização daqueles que não se encontram organizados.

As questões que trataram da identificação dos grupos apontaram que, o número de participantes que compõem cada grupo está dividido em homens e mulheres, a média de participantes das mulheres foi de 10,28 por grupo produtivo, já a média de participantes homens foi de 5,14 por grupo de produção. Em apenas dois dos grupos pesquisados o número de homens foi superior ao número de mulheres, um percentual de 28,57%, mostrando assim, que a participação feminina vem crescendo, conquistando e ocupando um espaço antes destinado aos homens.

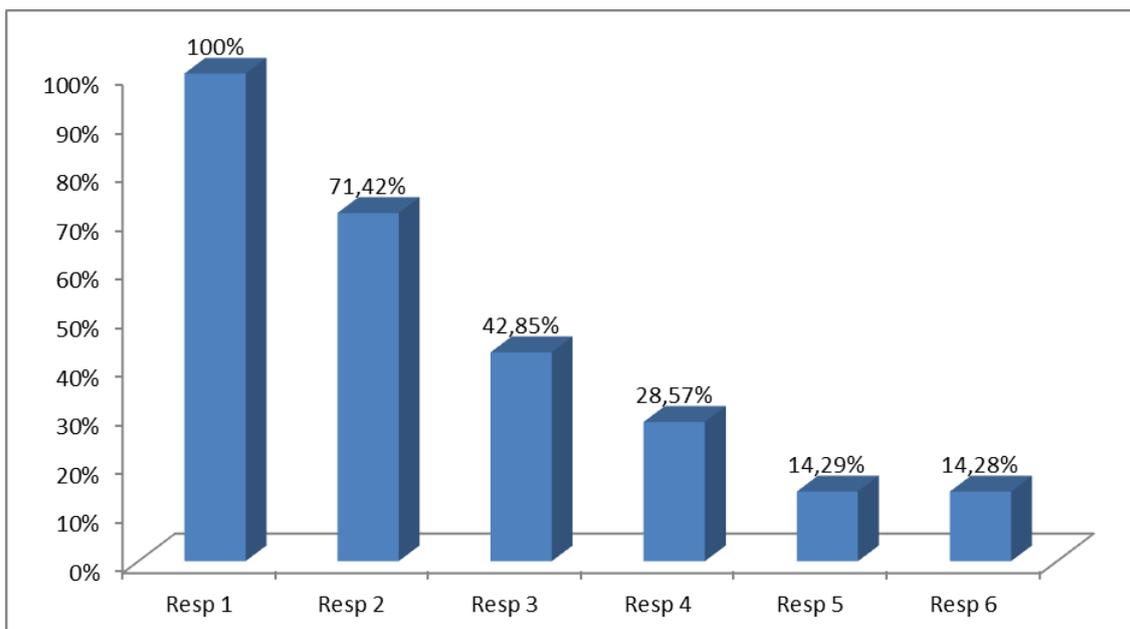
Isso vem ocorrendo ao longo dos últimos anos e hoje a participação feminina é muito maior que a participação dos próprios homens.

Resultados semelhantes foram observados pelo DIEESE (2013) ao analisar os empregados formais das Cooperativas, constatando que na Bahia e no Nordeste as vagas de empregos formais das Cooperativas em sua maioria são ocupadas pelo sexo feminino, o que não é constatado a nível nacional. As “mudanças políticas, culturais, sociais e econômicas” foram as responsáveis por mudarem esse cenário de pouca participação feminina, incluindo-as de forma gradativa nos espaços públicos (DIOGO; COUTINHO, 2006), fato que vem reforçar os resultados obtidos na pesquisa, mesmo que não trate de empregos formais.

Quando questionado a idade de formação dos grupos as respostas variaram entre 5 e 15 anos, havendo uma variação muito grande entre eles, mostrando que possuem aqueles grupos com muitos anos de experiência na atividade e outros que ainda estão iniciando a sua trajetória, reforçando a importância dos intercâmbios e trocas de experiências entre eles.

Assim, ao questionar se o grupo de produção já existia antes da fundação da Coopersabor, os resultados apontaram que 100% dos grupos que fizeram parte da pesquisa responderam que sim, ou seja, que já existia isso comprova que os grupos de produção foram formados inicialmente, em seguida, enquanto produtores já tinham suas produções e no momento que estavam com o produto em mãos, e, não tinham um mercado definido, este fato favoreceu a necessidade da criação de uma cooperativa que ajudasse no escoamento da produção.

Em relação a função desenvolvida no grupo e as ações da Coopersabor na percepção dos cooperados, os dados de campo destacaram muitas respostas, isso porque cada entrevistado poderia dar mais de uma resposta para esta pergunta. Sendo assim, foram identificadas em relação ao papel/ações da Coopersabor, as seguintes respostas: comercialização dos produtos dos agricultores aparecendo em 100% dos registros; capacitação dos grupos com 71,42% das respostas; viabilização da produção através da prestação de assistência técnica com 42,85%; melhoria na qualidade dos produtos (rotulagem, certificação, novas receitas e produtos) com 28,57% das respostas; e, finalmente, a organização social dos grupos e a busca por novos mercados estes ficaram com a mesma percentagem, 14,28% dos casos, conforme gráfico 1.

**Gráfico 1-** Papel da Coopersabor na percepção dos cooperados

**Legenda** – Resp. = resposta.

**Resp. 1**, Comercialização dos produtos dos agricultores; **Resp. 2**, Capacitação dos grupos; **Resp. 3**, Viabilização da produção através da prestação de assistência técnica; **Resp. 4**, Melhoria na qualidade dos produtos (rotulagem, certificação, novas receitas e produtos); **Resp. 5**, Organização dos grupos; **Resp. 6**, Busca por novos mercados.

Fonte: Trabalho de campo, 2019.

As respostas mostraram que há uma diversidade muito grande de entendimentos em relação às ações da Coopersabor para com os agricultores/cooperados, porém todos estão cientes quanto ao papel principal de uma cooperativa que é a comercialização dos produtos dos cooperados, como ficou evidenciado nas respostas.

Ao buscar saber o que mudou depois da atuação da Coopersabor na vida dos integrantes do grupo de produção, a partir de sua percepção, 71,42% disseram que mudou a qualidade dos produtos, seja com a inserção de rotulagem, padronização das embalagens (Figura 2), assim como, com a melhoria das boas práticas de manipulação/produção de alimentos, implementações/capacitações feitas por meio de cursos, oficinas e intercâmbios, tanto entre grupos de produção como via profissionais a exemplo do Engenheiro de alimento que dá suporte na área.

**Figura 2-** Padronização dos produtos



Fonte: ARESOL, 2019

Cabe destacar que foram apontadas ainda por 57,14% das respostas mudanças a partir do surgimento de novos mercados, como o mercado institucional por meio das vendas para o PAA e PNAE, o ponto de venda Monte Sabores e Cooperativas parceiras, como a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFS, a Rede Central de Cooperativas de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária - ARCO SERTÃO CENTRAL e CENTRAL DA CAATINGA, elemento importante para fortalecimento da atividade cooperativa.

Dentre os entrevistados 42,85% informaram que melhorou a organização do grupo, pois a partir dos momentos de formação, os integrantes passaram a melhor

compreender a dinâmica do trabalho em grupo, trazendo para si a responsabilidade do bom desempenho do grupo. Dos que responderam 28,57% ressaltaram que melhorou a padronização dos produtos, como já destacado, sobretudo, pelo o uso de marca própria, embalagens adequadas, rótulo, peso e quantidades definidas, e, portanto melhorias das vendas e aumento da renda.

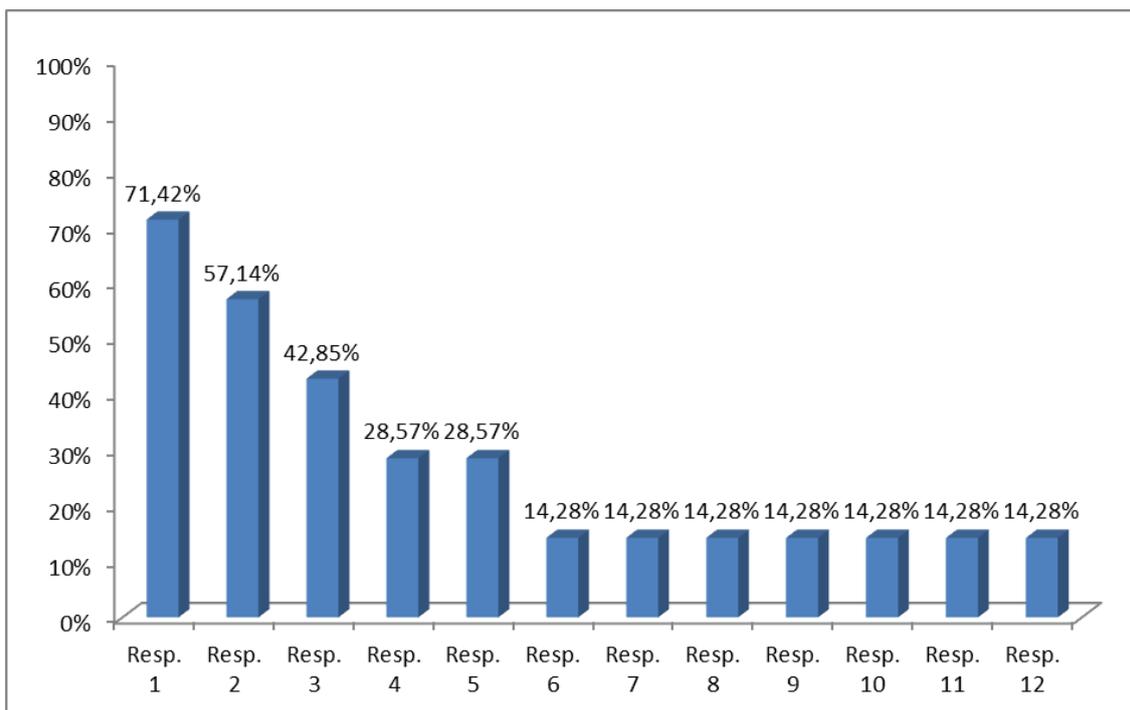
Melhorou também a geração de renda, vista como um fator de libertação, devido ao “ganho de autonomia das mulheres anteriormente submissas aos seus companheiros” (entrevistada C.C.C.), segundo a entrevista, quando se tem renda, tem também a liberdade de comprar o que deseja, sem possuir a necessidade de uma aprovação do companheiro.

Outras respostas apontaram que 14,28% dos integrantes do grupo estão mais responsáveis, pois a partir dos encontros de formação passaram a entender melhor suas responsabilidades e deveres, levando a uma atuação mais ativa dentro e fora do grupo. O valor agregado aos produtos por meio do uso de uma marca própria, código de barra e embalagens padronizadas, isso principalmente nos doces, compotas e polpas de fruta também foram melhorias apontadas pelos cooperados.

O aumento das melhorias também foi destacada a partir de aspectos como o autocuidado, a aprendizagem em diversas áreas, a melhoria nas relações entre pessoas, a garantia da segurança alimentar, o acesso ao conhecimento, a possibilidade de aquisição de novos produtos por meio da renda gerada dos produtos comercializados e da inclusão dos produtos beneficiados na dieta.

Também foi apontado a gestão do grupo por meio das capacitações, cursos e intercâmbios estes foram destaques apontados pelos entrevistados como fundamentais aspectos nesse contexto.

Além destes, a cooperativa, proporcionou a redução da mão-de-obra destinada à atividade e o tempo gasto na realização da mesma com o uso de tecnologia, a exemplo de máquinas como as que ajudam na realização de tarefas como despolar frutas, com o aumento no número de pessoas no trabalho coletivo, assim, as atividades ficam mais rápidas. Como apresenta o Gráfico 2.

**Gráfico 2-** Mudanças observadas depois da atuação da Coopersabor

**Legenda** – Resp. = resposta

**Resp. 1**, Qualidade; **Resp. 2**, Novos mercados; **Resp. 3**, Organização do grupo; **Resp. 4**, padronização dos produtos; **Resp. 5**, Geração de renda; **Resp. 6**, Responsabilidade; **Resp. 7**, Valor agregado; **Resp. 8**, Mão de obra destinada a atividade; **Resp. 9**, Tempo gasto na realização das atividades ; **Resp. 10**, Gestão do grupo; **Resp. 11**, Qualidade de vida; **Resp. 12**, Segurança alimentar.

Fonte: Trabalho de Campo, 2019.

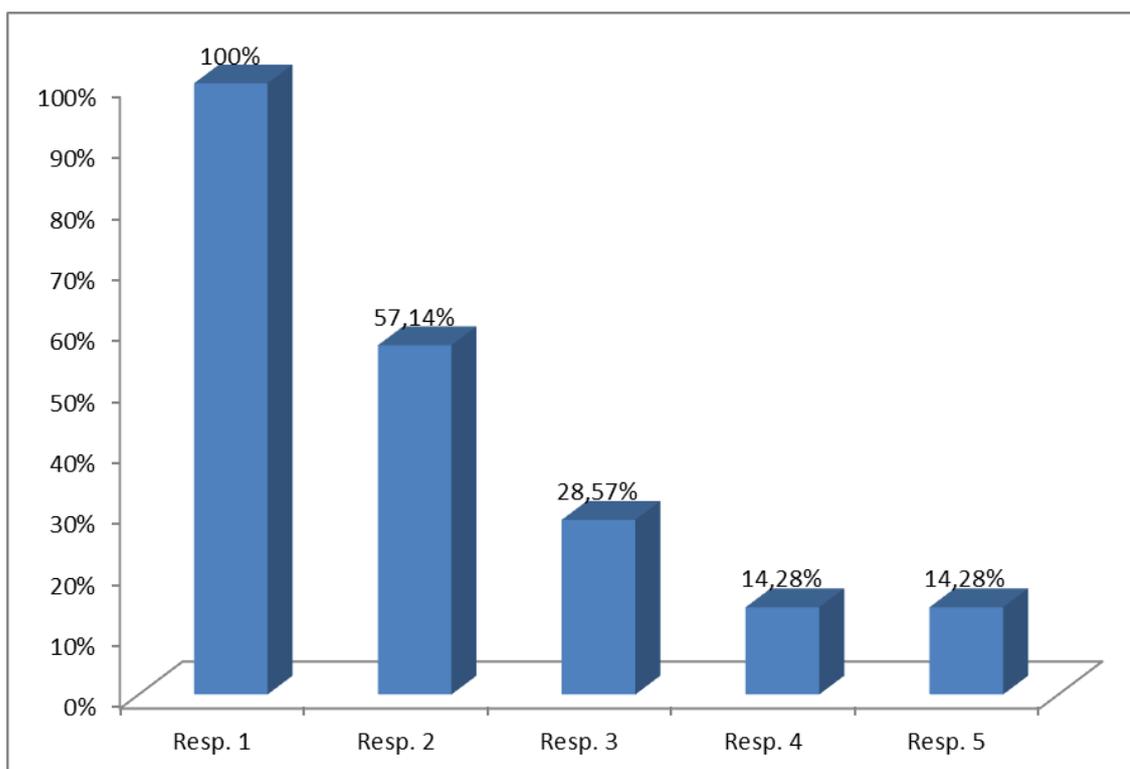
E a partir deste cenário, as respostas indicam que nesses 5 anos de atuação da Coopersabor já há uma percepção de melhorias por parte dos agricultores/cooperados. Sobretudo, no que se refere aos aspectos de qualidade dos produtos, acesso a novos mercados, organização interna dos grupos, padronização dos produtos e geração de renda.

Foi questionado também em campo se há troca de conhecimento entre os diversos grupos de produção que compõem a Coopersabor, e, como isso é feito. 100% das respostas apontaram que sim, portanto, há troca de conhecimento entre os grupos, este fator é relevante, pois é a partir da troca de conhecimento que se tem possibilidades de reduzir as carências e dificuldades, aprendendo com as experiências do outro, evitando erros corriqueiros. Esta ação configura-se como uma importante e necessária ação nos espaços organizativos.

Quando questionado em relação à forma como se dá as trocas de informações, sobre novas receitas, por exemplo, as respostas apontaram que 100% são realizadas através de intercâmbio. Estes intercâmbios ocorrem de acordo com as necessidades apresentadas pelos grupos de produção, ou devido à criação de uma nova receita que precisa ser divulgada para os demais grupos de produção.

Os dados de campo apontaram também que nas reuniões locais e nos encontros municipais também representam locais de troca de conhecimentos representando 57,14% das respostas. Nas assembleias, assim como, em cursos e oficinas os dados representaram 28,57% e 14,28% respectivamente das respostas (Gráfico 3).

**Gráfico 3** - Formas de troca de conhecimento entre os grupos



**Legenda** – Resp. = resposta

**Resp. 1**, Intercâmbios; **Resp. 2**, Reuniões e encontros municipais ; **Resp. 3**, Assembleias; **Resp. 4**, Cursos; **Resp. 5**, Oficinas.

Fonte: Trabalho de Campo, 2019.

Estas foram às formas de interação e troca de conhecimento realizado pelos diversos grupos de produção, importante ferramenta de padronização e nivelamento de conhecimento entre os novos cooperados e os mais experientes.

### **4.3 - Aspectos Produtivos: limites e potencialidades**

O terceiro bloco de questões aplicadas em campo foi referente à produção de cada grupo. Nesse contexto, ao questionar se há alguma ação desenvolvida em relação às atividades de produção e de mercado, assim como, quem são os responsáveis pelas ações, e, como são sistematizadas as mesmas, do total, 85,71% disseram que sim.

Portanto, os dados apontaram que há sim ações desenvolvidas na atividade de produção por parte da Cooperativa, dentre as ações citadas pelos entrevistados cooperados, destacam as seguintes: técnica de coleta de fruto ainda na planta no caso do licurizeiro. Tal ação tem o objetivo de diminuir o tempo empregado na atividade, já que ao se desprenderem da planta e caírem no chão, os frutos necessitariam de mais tempo e mão de obra para serem recolhidos.

Além disso, o emprego da técnica de decantação com o intuito de separar a amêndoa da casca e aumentar a produção de licuri; a padronização dos produtos através do uso de rótulo, selo e peso definidos, a busca por novos mercados, como destacado anteriormente; a melhoria na qualidade dos produtos com modificações e criação de novas receitas, a higiene na produção por meio de cursos de boas práticas de manipulação de alimentos e higiene, e a realização de planejamento e implantação de pomar, também foi destacada como ações desenvolvidas pela COOPERSABOR.

Por outro lado, 14,28% dos entrevistados responderam que não são desenvolvidas ações referentes à produção e nem a mercado por parte da Cooperativa em relação aos cooperados. Quando foram questionados em relação aos responsáveis por essas ações, entre os que responderam que havia de fato ações, foram citados três responsáveis, sendo eles, a Coopersabor aparecendo em 85,71% das respostas, outros destacaram integrantes do próprio grupo de produção presente em 28,57% das respostas, e, finalmente a ARESOL com 14,28%.

Segundo estudo “a mediação que as organizações de agricultores conseguem criar proporciona diferenciais em termos de qualidade, de organização autônoma, de sondagem de mercados, de acessos a financiamentos e de capacitação dos produtores” (RIBEIRO et al, 2014, p.10). Mostrando assim, os benefícios obtidos pelos grupos que se encontram organizados, tanto na melhoria

dos seus produtos, na qualificação pessoal, como no acesso a crédito e ao mercado, estando a frente daqueles que não se organizam.

Quanto às formas em que são trabalhadas as ações, os resultados de campo deixaram claro que são através de: intercâmbio, oficinas, cursos, encontros de formação, reuniões, assembleias, mutirões e busca ativa de editais abertos. No entanto, cabe deixar claro também que o processo organizativo não é fácil, e muitas pessoas podem não se adaptarem e preferir desenvolver as atividades individual ou com a própria família.

Quando foi indagado se o Grupo de Produção recebe com regularidade algum tipo de assistência técnica, 100% das respostas foram afirmativas, indicando que as visitas são feitas mensalmente e quando surgem outras demandas é só fazer a solicitação que o técnico vinculado a Cooperativa e responsável pelo grupo de produção realiza uma nova visita em busca de sanar as necessidades existentes e demandadas pelo cooperado/grupo.

Foi questionado também quem é o responsável pela assistência técnica e se esta é suficiente para atender as demandas existentes. Nas respostas, foram citadas quatro entidades responsáveis pela assistência técnica prestada aos grupos de produção, sendo elas, a ARESOL, o CESOL, a COOPERSABOR e a Escola Família Agrícola do Sertão - EFASE.

Em relação à eficiência do atendimento das demandas e se o mesmo é suficiente as resposta apontaram que 85,71% dos cooperados entrevistados afirmaram que sim, pois os técnicos estão presentes sempre que há dificuldade e que nunca houve reclamações a respeito do trabalho prestado pelos mesmos, não obstante, 14,28% afirmaram que as demandas assistidas pelos técnicos não são suficientes, e apontaram que a carga de trabalho é muito grande para os mesmos darem conta das demanda, mesmo considerando a quantidade de técnicos que se tem disponível para assessoria.

É possível notar certa contradição quando comparadas as respostas da pergunta anterior com essa em questão, quando em uma existem 100% de afirmação e na outra não. Mesmo com uma equipe técnica que cubra todos os grupos é possível que nem todas as demandas sejam sanadas, isso devido o campo apresentar uma diversidade muito grande de atividades, além do mais os grupos

também apresentam suas especificidades, dificultando a ação do técnico que tem que dar conta desse leque de demandas.

Quando perguntado quais as principais dificuldades enfrentadas no momento da produção foram dadas as seguintes respostas, chuvas irregulares o que ocasiona a falta de matéria prima (frutas nativas: umbu, maracujá da caatinga e licuri, frutas cultivadas: goiaba, acerola e manga, e a mandioca) para ser beneficiado; a falta de estrutura física apropriada que atenda as normas estabelecidas para realização do beneficiamento das frutas, transformando-as em poupa, compotas, geleias e doces, como afirma uma entrevista: “os padrões das unidades de beneficiamento não atendem a legislação para serem certificadas” (C.C.C.) (figuras 3 e 4). No entanto, a Cooperativa junto aos grupos produtivos tem tentado adequar essas estruturas para que as unidades de beneficiamento passem a atender a legislação, conforme outros registros de campo.

**Figura 3** - Estrutura de acordo com a legislação para beneficiamento de frutas



Fonte: Alana Soares, 2019

Nas figuras 3 e 4 estão representadas as estruturas físicas de acordo com a legislação para beneficiamento de frutas e algumas das máquinas necessárias.

**Figura 4** - Estrutura de acordo com a legislação para beneficiamento de frutas



Fonte: Alana Soares, 2019

Outras dificuldades apontadas em relação ao aspecto produtivo foram falta de produção própria de frutas cultivadas, levando a aquisição de frutas que não se sabe a procedência; a falta de energia elétrica, devido as quedas de energia serem frequentes e o local se encontrar afastado da sede do município, dificultando a assistência técnica. A falta de orçamento do governo em relação à compra contratada inicialmente, especificamente o PAA, foi apontado também, o que ocasionou quedas nas vendas como afirma o entrevistado: “as vendas caíram muito por conta da falta de orçamento do PAA, para não acabar com a política pública, retira-se o orçamento, então fica uma política fantasma, existe no papel, mas poucos acessam”.

Segundo outro entrevistado, “esta é uma forma de limitar o acesso da agricultura familiar ao mercado institucional” (entrevistado L.M.A.), isso ocorre mesmo com as buscas constantes da Coopersabor por novos mercados, já que não era uma ação prevista o corte de orçamento do PAA, mercado visto como certo.

Outro problema em relação à produção e mercado destacado refere-se à falta de transporte para escoar a produção, devido à distância que se encontra o local de

produção em relação à sede do município, e por não haver transporte que faça esse trajeto, seja por não ter muitos proprietários de automóveis na localidade; fretes caros que encarecem o preço dos produtos transportados, ou por conta das condições das estradas. No entanto, cabe destacar que a Cooperativa COOPERSABOR se encarrega de fazer o transporte de distribuição nos pontos de venda e demais locais que recebem os produtos, mas não está dando conta das demandas. Outro problema apontado foi a falta de máquinas com maior potencial para beneficiar o licuri.

A partir das respostas acima, cabe destacar que, a falta de chuva ou a irregularidade da mesma é algo muito frequente nessa região por estar localizada no chamado polígono da seca no semiárido da Bahia, Território do Sisal, o que implica diretamente na produção, seja de frutas nativas, frutas cultivadas ou da cultura da mandioca, matéria prima necessária para que os grupos possam realizar o beneficiamento e confeccionar seus produtos.

A falta de água ocasiona falta de matéria prima e por consequência falta de produto nos grupos para ser comercializado. Este resultado esta de acordo com Oliveira, Fernandes e Rodrigues (2005) que afirmam que a irregularidade das chuvas ocasiona diminuição na produção.

A falta de mercado também foi apontada, mais uma vez, como um problema enfrentado, sobretudo, devido a não compra das polpas de frutas pela prefeitura local para destinar ao PNAE, isso era uma prática realizada nos anos anteriores, mas que atualmente a gestão preferiu comprar de outro território, ignorando assim as normas do programa, que dizem que os produtos da agricultura familiar adquiridos para o PNAE devem ser, por ordem de prioridade, do próprio município, com isso, os grupos que já tinham esse mercado como certo deixaram de ter.

O setor de transporte brasileiro possui muitas deficiências o que implica negativamente no desenvolvimento da economia do país (ERHART; PALMEIRA, 2006). A falta de transporte ou ineficiência dos mesmos acaba fragmentando a cadeia produtiva por dificultar a chegada dos insumos nas propriedades e a saída do que foi produzido para ser levado ao público consumidor, isso acaba gerando prejuízos a economia, deixando de gerar recurso financeiro.

Os agricultores familiares entrevistados relataram que enfrentam problemas com falta de transporte para realizarem o escoamento da produção, corroborando

com Santos e Mitja (2012) ao afirmarem que a falta de transporte é um gargalo enfrentado pelos agricultores familiares. Sabendo da importância desse setor na economia do país, se faz necessário, investimentos voltados para essa área, com o intuito de sanar essas dificuldades enfrentadas (ERHART; PALMEIRA, 2006). Este problema também foi relatado em outros estudos como o Mais Mercado (2017).

Foi questionado também quais os produtos produzidos por cada grupo, os grupos de beneficiamento de fruta responderam que produzem geleias, doces, compotas e polpa de frutas a partir de frutas nativas sendo elas, umbu, maracujá da caatinga e o licuri, além das frutas exóticas cultivadas nos quintais, como acerola, goiaba e manga. O grupo que realiza o beneficiamento do licuri produz óleo para consumo humano, óleo para cabelo e pele, torta de licuri para alimentação animal (alimento concentrado), pelo de licuri usado na alimentação animal (alimento volumoso) e óleo bruto vendido para saboaria, todos os produtos citados, oriundos do beneficiamento do licuri são destinados a venda. O grupo de beneficiamento de mandioca produz farinha de mandioca, fécula, beiju e farinha de tapioca.

Procurou-se saber ainda se os produtos são padronizados e de que forma, as respostas foram todas afirmativas, relatando ainda que a padronização se dar por meio dos rótulos, embalagens, tamanho e peso, caso tais padrões não sejam seguidos são devolvidos ao grupo produtor, a Coopersabor fica responsável por fazer esse controle, além desta tem os clientes dos pontos de venda que fazem esse controle, através da aceitação ou não do produto. No caso do óleo de consumo e de cosmético, os mesmos, seguem os padrões da vigilância sanitária.

Ao questionar se é feito algum tipo de escalonamento e planejamento da produção, 28,57% disseram não realizaram, e, nesse sentido, afirmaram que o volume da produção se baseia nos números dos pedidos e a disponibilidade das frutas. Por outro lado, 71,42% afirmaram realizar o escalonamento e o planejamento, sendo que o próprio grupo de produção e/ou beneficiamento se organiza e faz o seu planejamento.

Neste sentido, Oliveira (2012) enfatiza que todas as cooperativas/grupos existentes devem se preocupar em definir as etapas necessárias a construção do plano estratégico dos mesmos, sendo que a falta de critérios leva a uma falta de definição do que se deseja e como conseguir. O plano estratégico é visto como o responsável por nortear todas as ações da cooperativa/grupo, evitando passos

desnecessários para conseguir o que se pretende. A não realização de um planejamento deixa o grupo muito vulnerável, já que ele não sabe quais as próximas ações a serem dados para chegar ao seu objetivo, favorecendo o surgimento de erros e prejuízos. Isto ressalta cada vez mais a importância do planejamento para o bom funcionamento e sucesso do grupo.

E quando questionados se há orientação para o referido escalonamento e planejamento, e, caso haja de quem é a responsabilidade, 71,42% relataram não haver orientação, e, 28,57% afirmaram haver orientação destacando a ARESOL e o CESOL como responsáveis pela orientação

Ao longo da pesquisa foi indagado ainda se os produtos são vendidos logo após serem beneficiados/produzidos ou se são estocados, obtendo as seguintes respostas, 71,42% afirmaram que parte dos produtos beneficiados são vendidos de imediato e a outra parte é estocada, sendo que alguns só são preparados a partir de pedidos, como é o caso da farinha de tapioca. 14,28% afirmam que todos os produtos são vendidos logo após serem produzidos e outros 14,28% afirma que a grande maioria dos seus produtos são vendidos após o beneficiamento e uma pequena parte é estocada por um curto período, considerando que esses produtos estão sujeitos a sofrerem o processo de rancificação, o que desvaloriza o produto, essa situação é específica do grupo de beneficiamento do licuri.

Foi perguntado também como é feito o acompanhamento da aceitação dos produtos pelos consumidores, ou seja, se há alguma forma de coletar sugestões a respeito dos produtos e como isso é feito. Entre os entrevistados, 42,85% disseram não existir nenhuma forma de acompanhamento da aceitação dos produtos pelos consumidores. No entanto, 57,14% disseram acompanhar a aceitação dos produtos, no caso dos produtos destinados a alimentação escolar, via o mercado institucional o PNAE, por meio do feedback dados pelos alunos e merendeiras.

Em relação aos demais consumidores os dados apontaram que o retorno é dado por meio da saída dos produtos diretos dos pontos de venda, ou seja, este acompanhamento é vinculado à saída/venda ou não do produto.

Outros entrevistados, porém, afirmaram que os consumidores não podem dar sugestões a respeito dos produtos porque os mesmos já estão prontos, estes grupos representaram 14,28% das respostas dos entrevistados. Outros 42, 85% afirmam que as sugestões e reclamações podem ser feitas diretamente aos responsáveis

pelas entregas ou nos próprios pontos de venda no momento da compra. Percebe-se que não há um estímulo a realização de avaliações, sugestões ou reclamações, mas que os consumidores que se sentirem a vontade podem fazer.

#### **4.4 - Comercializações: limites e potencialidades**

O quarto bloco de questões foram referentes ao mercado acessado pelos grupos de produção. Nesse bloco a primeira questão procurou saber se tudo que é destinado à venda é efetivamente comercializado e caso não seja, o que é feito com o excedente, nesse cenário, 85,71% dos questionados afirmaram que sim, ou seja, a maior parte do que é destinado à venda consegue alcançar seu objetivo. Outros 14,42% relataram que nem sempre o que é colocado à venda é vendido, segundo relato: “depende muito se o que foi contratado será pedido” (entrevistada A.E.S), pois há casos em que os produtos são contratados pela Prefeitura local para serem destinados ao PNAE, mas não são efetivados os pedidos dos mesmos, portanto, não ocorrendo a venda de fato. Aspecto também encontrado em outros estudos, como o mais Mercado já citado.

Nos casos em que os produtos não são comercializados, 57,14% afirmam que o produto tem como destino o estoque, a espera de outro mercado ou para ser vendido na entressafra, outros 14,28% afirmam nunca terem passado por essa experiência, ou seja, que seus produtos sempre são vendidos, 14,28% disse que quando os produtos não são comercializados fazem doações aos familiares e a Escola Família Agrícola do Sertão, e o restante 14,28% alegam que os seus produtos possuem uma boa aceitação no mercado, e que nunca deixaram de serem vendidos, o único produto que pode ter mudança na qualidade (rancificar) é o óleo de licuri para consumo humano, mas isso não é um problema, já que ele pode ser remanejado para ser vendido a saboaria, para produção de sabão, como afirma o entrevistado “nunca chegamos a esse ponto, mas caso o óleo de consumo infuse será destinado a saboaria” (entrevistado E.S.S). Esse é o caso específico do óleo de licuri para consumo humano.

Sabe-se que a comercialização é ainda um grande gargalo no contexto da agricultura familiar em muitos espaços, nesse sentido, ao perguntar quais os canais de comercialização acessados pelos grupos entrevistados obtiveram-se as seguintes respostas, destina-se para Rede Monte Sabores, para mercados

institucionais como o PAA e o PNAE, na própria comunidade, venda para atravessadores, comercialização nas feiras da economia solidária, nas cooperativas parceiras, nas cooperativas em que a Coopersabor é filiada, venda para restaurantes, mercados, lojas de produtos naturais, até lava jato e na saboaria. Porém, cabe destacar que, nem todos os grupos de produtos estão inseridos, ao mesmo tempo, em todos esses mercados, alguns estão em determinados mercados e não estão em outros.

De acordo com as respostas dos entrevistados, são muitos os canais de comercialização acessados pelos grupos. O PAA e o PNAE são mercados institucionais com grande importância para os agricultores familiares, pois além de comprarem seus produtos, contribuem na geração de renda, no aumento dos preços pagos pelos produtos, valorização da agricultura familiar e seus produtos, e permanência dos agricultores no meio rural (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014), além de disponibilizar produtos locais de boa qualidade para os escolares, mas que, no entanto, como visto, também apresenta problemas que podem dificultar o escoamento e efetivar a venda.

Não há dúvidas quanto a efetividades desses programas, mas eles possuem uma dependência muito grande do poder público, configurando-se como uma fragilidade dos mesmos, no caso do PAA, os recursos que são a ele destinado são dependentes de quem estar no poder, que pode destinar mais ou menos recurso para a compra de produtos, deixando os agricultores familiares na incerteza se podem ou não contar com esse mercado (GRISA et al, 2010).

Referente ao PNAE, o gestor municipal é na maioria das vezes quem decide se irá fazer a aquisição dos produtos da agricultura familiar ou não, tudo depende do seu interesse em promover o fortalecimento dessa categoria social (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014). Sendo assim, não se pode direcionar a comercialização dos produtos da agricultura familiar apenas para esses dois canais, isso representaria um risco muito grande para os agricultores.

Os atravessadores também representam um meio de escoar a produção dos agricultores familiares, no entanto, esse não se faz um canal de escoamento vantajoso, visto que, os agricultores tornam-se submissos as vontades destes, recebendo valores muito baixos pelos seus produtos, quando os atravessadores ficam com a maior parte dos lucros (GRISA et al, 2010). Nessa relação de compra e

venda através do atravessador, os agricultores acabam saindo prejudicados, por não receberem o real valor dos seus produtos, chegando a comprometer a continuidade da agricultura familiar, mas, como visto, o campo também apontou este canal como alternativa também acessada pelos entrevistados.

Possuir a possibilidade de escoar os produtos por meio de diversos canais de comercialização é algo estratégico para os agricultores familiares (GRISA et al, 2010), que não se tornam dependentes de um só mercado, aumentando inclusive as chances de obterem melhores rendimentos pela oportunidade de poder escolher vender para quem oferece o melhor preço pelos seus produtos, como deixa claro os autores Waquil, Miele e Schultz (2010), ao afirmarem que “a existência de poucos compradores e a baixa diferenciação dos produtos implicam baixo poder de negociação do agricultor, com consequências para sua rentabilidade”. A situação é contrária a comentada pelos autores, cabendo ao agricultor familiar escolher a melhor opção de mercado do momento.

Questionou-se também como são avaliados, em sua percepção, os preços pagos pelos produtos, 71,42% responderam que os preços são justos, 14,28% alegam que os preços pagos são baratos considerando a mão de obra gasta para fazer, ou seja, todo o custo de produção, mas que os preços também não podem ser muito caros para não ficarem sem mercado. Outros 14,28% relatam que os preços oscilam muito a depender da safra, segundo o qual, preços muito bons é sinal de safra ruim, é egoísmo querer isso, ressaltou o entrevistado.

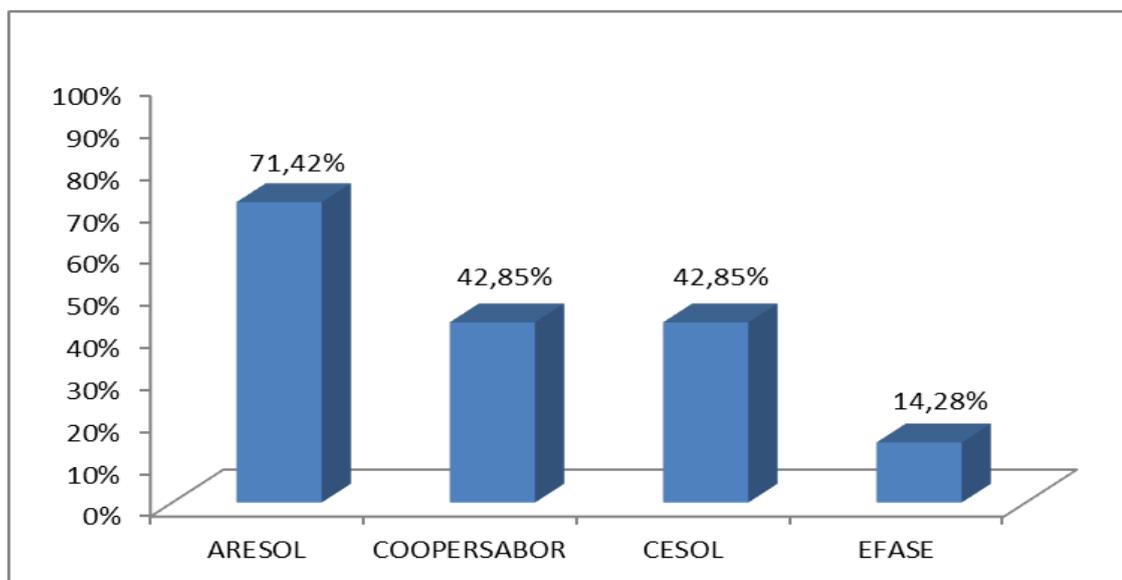
É perceptível que há diferentes interpretações relacionadas aos preços pagos pelos produtos, sendo que, alguns dos entrevistados possuem um pensamento mais voltado para o coletivo, entendendo que o preço precisa ser bom para quem produz e para quem compra, pois se o preço for muito alto os consumidores não vão querer pagar, além do mais pode ocorrer uma seleção do público consumidor, excluindo os de menor poder aquisitivo, o que não seria uma ação justa. Por outro lado, têm aqueles produtores que analisam os custos e a mão de obra empregada e afirmam que seus produtos podiam ser vendidos por um preço maior.

Em relação aos principais desafios enfrentados no momento da comercialização, os resultados destacaram que prioritariamente os problemas são: a falta de certificação, resultado que se torna um fator limitante para comercializar em outros mercados, como os supermercados municipais e de outros municípios, a falta

de transporte para escoar a produção, o problema de logística, representa um grande gargalo para os cooperados, sobretudo quando a entrega dos produtos é para outros Estados. Outro desafio refere-se à falta de mercado para os grupos fornecerem em grandes quantidades, ou seja, a opção por novos mercados foi citada pelos entrevistados como um desafio. As respostas mostram que existem muitos desafios a serem vencidos.

Ao questionar se é feito algum tipo de capacitação na área de produção, beneficiamento e comercialização, assim como, quem oferece 100% dos entrevistados afirmaram receber, sendo que 71,42% afirma que é oferecido pela ARESOL, 42,85% pela Coopersabor, 42,85% pelo CESOL e 14,28% pela EFASE (Gráfico 4). Estes resultados, evidenciaram que há uma parceria entre as organizações para que todos os grupos sejam atendidos, considerando que essas instituições trabalham com o mesmo público.

**Gráfico 4** - Responsáveis pelas capacitações aos cooperados



Fonte: Trabalho de Campo, 2019

Foi questionado se o grupo acessou ou acessa algum tipo de crédito e quais, 85,71% afirmou que já acessou ou acessa algum tipo de crédito, destes 85,71% acessaram o Fundo Rotativo Solidário da ARESOL e 28,54% acessaram Projetos de Recursos Públicos Não Reembolsáveis (a fundo perdido), 14,28% não acessou e nem acessa nem um tipo de crédito.

Em relação ao Fundo Rotativo Solidário os grupos priorizam o acesso ao mesmo pelo fato de não haver taxas de juros e a devolução serem feitas de acordo com a realidade de cada grupo, além de a entidade estar sempre aberta ao diálogo em caso de dificuldades no momento da devolução. O Fundo Rotativo Solidário surgiu a partir dos recursos do projeto Vencer Juntos, para acessá-lo é necessário estar organizado em um grupo produtivo, além de comungar dos princípios da Economia Popular Solidária.

#### **4.5 - Organização social: importância na configuração da cooperativa**

O quinto bloco de perguntas e último foi referente ao item organização social. Assim, quando indagado em campo por que escolheram formar um grupo ao invés de trabalharem de forma individual e quais as vantagens de trabalhar em grupo, os entrevistados afirmam que trabalhar de forma individual fica mais difícil de dar conta de beneficiar as frutas na época das chuvas, devido à oferta de frutas nativas e cultivadas ser maior nesse período. O relato da entrevistada aponta a importância de trabalhar em conjunto, “maior número de pessoas trabalhando facilita, pois pode produzir mais, sem sobrecarregar ninguém” (M.R. entrevistada).

Outros afirmaram que as formações de grupos de produção/beneficiamento tem como fundamento atender aos objetivos da entidade e beneficiar mais pessoas dentro da comunidade, objetivando distribuição de renda, forma mais fácil de conseguir os equipamentos necessários, facilidade de conseguir crédito, visando à geração e distribuição de renda, mostrando que são muitas as causas de se procurar trabalhar em grupo.

A este respeito, Rosa et al (2008) afirmam que ao organizar-se, seja por meio de associações ou cooperativas, consegue-se aumentar o poder se barganha, alcançam novos espaços e com isso, fortalecer-se no mercado. Essas conquistas se dão por conta da maior quantidade de mercadoria, regularidade no fornecimento que favorece maior possibilidade de negociação.

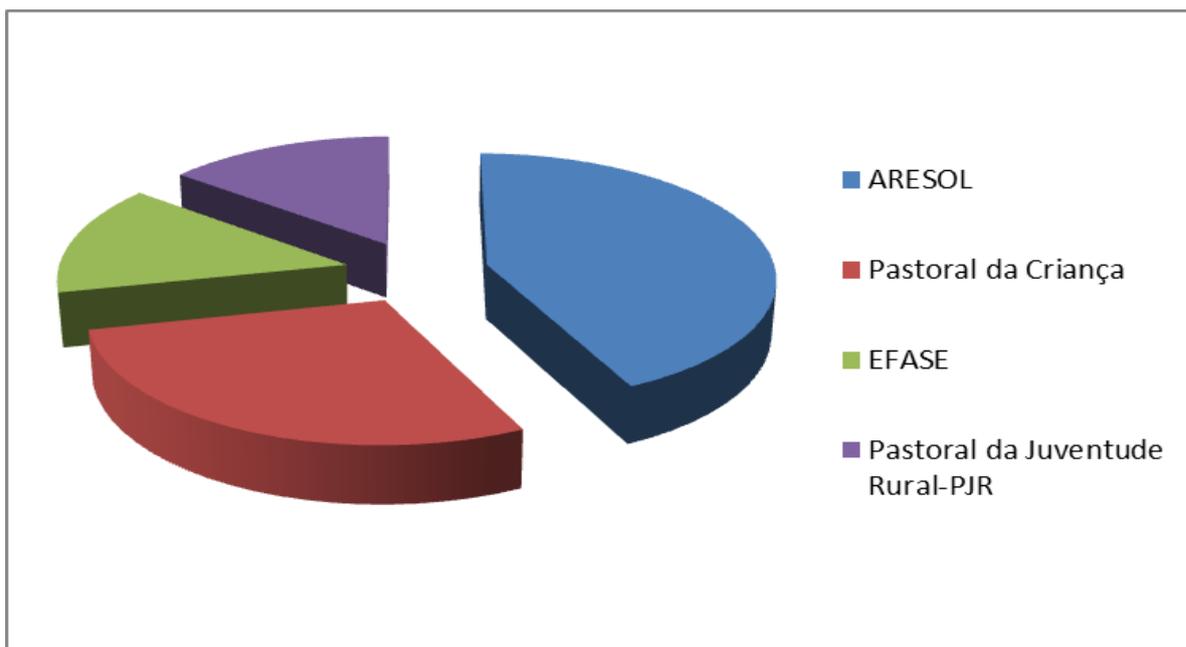
Em relação às atividades no coletivo, portanto na organização social, foram elencados como principais vantagens: disponibilidade de mais mão de obra, fazendo com que ninguém se sobrecarregue, o fato de trabalhar com pessoas diferentes, o que lhes permite conhecer novas pessoas, a troca de conhecimento, o aprendizado coletivo, o pensar no outro, definir juntos preços justos a fim de que nem quem

compra e nem quem vende seja explorado. O trabalho em conjunto foi apontado também como àquele que favorece o aumento da produção, o fato do grupo ser dono do próprio negócio favorece a aproximação.

Outra vantagem apontada pelos entrevistados foi à melhoria na participação em reuniões uma vez em contato direto na atividade de produção e comercialização, desperta o interesse nas reuniões que dizem respeito aos interesses de todos, além da vantagem do acesso às capacitações, assim como, a facilidade de acesso ao crédito. Justificando as vantagens citadas pelos entrevistados, Gama e Silva (2010, p. 6) dizem que “os cooperados obterão mais vantagens se estiverem organizados coletivamente do que se estiverem isolados”, estando de acordo com o relatado pelos entrevistados ao citarem os benefícios de trabalharem em grupos.

Foi questionado também se houve algum incentivo externo para formação dos grupos, assim como, de quem partiu esse incentivo, e, finalmente como é feita a gestão do grupo. As respostas apontaram que 100% dos entrevistados responderam que houve sim incentivo externo para a formação do grupo, sendo que desses 42,85% afirmaram que o incentivo partiu da ARESOL, 28,57% da Pastoral da Criança, 14,28% da Pastoral da Juventude Rural- PJR e 14,28% da EFASE. (Gráfico 5)

**Gráfico 5** - Responsáveis por incentivar a formação dos grupos de produção



Fonte: Trabalho de Campo, 2019.

Quanto à gestão interna do grupo, 57,14% afirmam que é feita de forma coletiva, tudo que for relacionado ao grupo se decide em reuniões com a presença de todos os integrantes. 28,57% dizem que é de forma coletiva por meio de reuniões usando planilhas e cadernos de anotações, onde são feitos os registros relativos ao funcionamento do grupo, estes nortearam suas ações futuras e servirão de base para avaliarem as ações passadas.

E, 14,28% coloca que cada participante do grupo é responsável por uma tarefa. E, nas reuniões é feita a prestação de conta das atividades por meio das fichas de controle de presença e contagem de horas, cada integrante do grupo precisa dedicar uma quantidade de horas a realização das atividades do grupo, sendo assim é preciso quantificar quantas horas cada um dedicou, daí a importância dos registros.

A gestão é feita de forma coletiva, o que muda é apenas as ferramentas utilizadas. Para Gama e Silva (2010) a gestão não pode ser algo feito de forma intuitiva, necessitando de um planejamento fundamentado que norteie as ações da cooperativa. Oliveira (2012) propõe um modelo de gestão de cooperativas e nele se encontra o componente estrutural que trata da estrutura organizacional da cooperativa.

Relacionado a esse item temos o sistema de informações gerenciais, definido por Oliveira (2012, p. 46), como sendo “o processo de transformação de dados em informações”, estas serão usadas para nortearem as decisões a serem tomadas, garantindo que os resultados almejados por todos integrantes, definidos no planejamento se concretizem. Este item possui uma dependência muito grande dos dados obtidos durante a produção, pois são a partir deles que se fazem avaliações do que fazer para melhorar o desempenho, corrigir falhas e por fim, chegar ao resultado esperado.

Isto mostra que os grupos produtivos, mesmo que de maneira bem sutil, já fazem essas anotações com o intuito de realizar avaliações que venham a melhorar o seu desempenho, levando ao resultado esperado.

Foi indagado ainda como são tomadas as decisões dentro do grupo, 100% das respostas disse que são tomadas de forma coletiva, que se reúnem e decidem tudo o que é necessário para o funcionamento do grupo.

Questionou-se também como é feita a divisão dos cargos dentro do grupo, em 85,71% dos casos não há divisão de cargos dentro do grupo, apenas de tarefas seja elas relativas à atividade de produção e beneficiamento, seja da gestão do grupo, as decisões são tomadas coletivamente, por meio de reuniões. Assim, 14,28% dos casos, as funções são divididas em reuniões, considerando quem possui maior facilidade/habilidade para determinada função. Quando não há divisão de cargos e nem consciência da necessidade da divisão de cargos e tarefas entre os participantes que são integrantes do grupo, pode se tornar uma prática ariscada, já que alguns integrantes podem ficar sobrecarregados.

A escolha de funções de acordo com a facilidade ou habilidade para executá-la, pode levar os integrantes a ficarem “viciados” em uma única função, ou seja, àquela na qual possuem maior facilidade ou habilidade, sem querer sair da sua zona de conforto, e, nestes casos, o que deve ser feito é a capacitação dos integrantes em todas as funções existentes dentro do grupo, para sanar quaisquer dificuldades ou insegurança que possa existir.

Quando questionado se há uma rotatividade para que os participantes possam passar por diferentes cargos, 71,42% responderam que não há divisão de cargos, com isso, os participantes já são levados a participarem de todas as atividades desenvolvidas no grupo, tais como produção, compra e coleta de matéria prima, operação de máquinas no momento do beneficiamento, embalar os produtos em seus devidos recipientes, controlar estoque, transportar produtos e atividades ligadas à secretaria e finanças do grupo.

Já 14,28% disseram que não, realidade específica do grupo de beneficiamento da mandioca “as mulheres raspam a mandioca e os homens fazem o restante” (entrevistado L.M.A.), assim, os homens se encarregam de arrancar a mandioca, triturar, prensar, peneirar e torrar a farinha, consideradas atividade mais árdua.

Na casa de farinha, as atividades são divididas de forma bem clara, as mulheres ficam com as tarefas ditas mais “leves” como é o caso da raspagem da mandioca e os homens com as tarefas mais “pesadas”, que exigem maior força física, podendo citar o arranque, o transporte, trituração, prensagem, peneiração e a torra da farinha (FARIAS, 2014).

Observa-se que a divisão de tarefas é sempre baseada na dita “fragilidade” feminina, levando a uma desvalorização desse trabalho exercido, considerado apenas como um auxílio na atividade de produção desempenhada pelos homens. Dos entrevistados 14,28% afirmam que sim, fazem a rotatividade de acordo com a disponibilidade de cada integrante do grupo para exercer determinada função, seja ela relacionada à atividade de produção e beneficiamento ou a gestão do grupo.

Foi questionado se há maior número de pessoas querendo fazer parte do grupo ou querendo sair e quais as justificativas. Entre as respostas 42,85% dos grupos afirmaram que possui maior número de pessoas querendo entrar no grupo, alegando a possibilidade de geração de renda, a falta de opção de trabalho, a facilidade em beneficiar os produtos, as menores despesas e não ficar devendo favor a ninguém. Outros 42,85% dos grupos dizem não haver demanda nem para entrar, nem para sair. E 14,28% dos grupos alegam que a maioria quer sair devido o retorno financeiro não ser grande.

Diante do exposto nessa questão, percebe-se que a quantidade de grupos em que existe demanda de pessoas para entrar e os grupos que possui demanda para sair se igualam, mostrando que tanto existem pessoas querendo fazer parte dos grupos, como existem pessoas querendo deixar de fazer parte, e ainda há aqueles grupos que estão estáveis sem demanda.

Buscou-se identificar também se o grupo trabalha com metas, quais são elas e como são estabelecidas, dos entrevistados 71,42% afirmaram não trabalhar com metas, 14,28% assumiram já terem trabalhado e outros 14,28% afirmaram trabalhar com metas, sendo elas: produzir em áreas coletivas para realizar a devolução do Fundo Rotativo Solidário, arrecadar fundos para fazer construções e melhorias na estrutura física da unidade de beneficiamento, pagar os custos fixos do grupo e ficar com sobras.

Segundo pesquisa de campo, as metas são estabelecidas coletivamente a partir da produção disponível para ser beneficiada, procurando por meio de estas adquirir recurso suficiente para sanar suas maiores necessidades, cobrir suas despesas e que reste uma sobra para ser usada no período da entressafra a fim de custear as despesas fixas do grupo. De acordo com as respostas é possível observar que poucos traçam metas, a maioria trabalha baseada na produção disponível, norteando assim as ações seguintes.

Situação semelhante foi constatada por Alves, Vieira, Silva e Ferreira (2011, p. 78), ao afirmarem que “não se identifica nas associações uma forma precisa de planejamento. Nota-se que há uma orientação, pelos costumes e concepções de seus dirigentes e associados, de realizarem as atividades a partir das necessidades identificadas no momento”.

Foi indagado em campo se é realizado algum diagnóstico para identificar os pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças e quem faz, 57,14% disseram realizar avaliações frequentes para identificação desses pontos, as avaliações ocorrem em cada grupo por meio de reuniões, com o intuito de identificar as falhas, as oportunidades, as ameaças e os sucessos vivenciados pelos integrantes do grupo, buscando conservar o que foi benéfico e eliminar o que não foi. Assim, 4,28% dos grupos afirmaram que é feito levantamento direto trimestralmente, outros 14,28% disseram que já foi feito pelo SEBRAE, mas atualmente não se faz, e por fim 14,28% disseram não trabalhar com diagnóstico.

Os responsáveis por realizarem essas avaliações são os próprios grupos, o CESOL e quando há necessidade a Coopersabor. É perceptível que não são realizados diagnósticos elaborados e sim avaliações que acabam possuindo a mesma finalidade.

Quando perguntado quais as melhorias observadas na vida dos participantes ao longo da existência do grupo, obtiveram-se as seguintes respostas, melhoria na renda, possibilitando o acesso a itens antes não acessados, troca de conhecimento nos momentos de intercâmbio, onde um grupo passa para o outro aquilo que sabe, a exemplo de uma nova receita, maior organização e participação em eventos, melhoria na desenvoltura, pois passa a melhor se expressar em público, defendendo suas ideias e os objetivos do grupo, maior participação nos movimentos sociais devido a compreensão da importância dos mesmos na luta em busca de melhorias para a agricultura familiar, acesso a crédito a exemplo do Fundo Rotativo Solidário da ARESOL e Projetos de Recursos Públicos Não Reembolsáveis (a fundo perdido).

O aumento da consciência política tornando os mais participativos no intuito de defender principalmente a categoria a qual pertencem, favorecendo o senso de pertencimento, relação com pessoas e trabalho em grupo, aumento na área cultivada, produção de farinha de qualidade devido o emprego de técnica de raspagem que implica no aumento da higiene durante o processo e qualificação dos

envolvidos na atividade, uso de resíduos na alimentação animal, a partir da realização de cursos que incentivavam o uso dos resíduos do beneficiamento da mandioca na alimentação animal como alternativa alimentar principalmente para os períodos de maior escassez de alimento.

E por fim, produção de forma sustentável pensando sempre na preservação do meio ambiente, assim como, a comercialização justa e aumento da experiência por meio da troca de conhecimento efetuada nos momentos de intercâmbios entre os grupos de produção.

#### **4.6 - Visão da COOPERSABOR e ações nos grupos produtivos**

A entrevista aplicada a coordenação da Coopersabor contou com cinco questões procurando saber a respeito das ações desenvolvidas pela cooperativa, as dificuldades enfrentadas pela cooperativa, as potencialidades visualizadas dentro dos grupos produtivos e as mudanças observadas pela COOPERSABOR nos grupos produtivos.

Ao questionar quais as ações desenvolvidas pela cooperativa nos grupos produtivos de agricultores familiares obteve-se as seguintes respostas: melhoramento da produção e qualificação do produto, curso de boas práticas para os empreendimentos, elaboração de rótulos para os produtos, utilização de marca coletiva COOPERSABOR, registrada, compra de embalagens, comercialização dos produtos dos agricultores, promoção de atividades coletivas como reuniões e intercâmbios para discutir os problemas dos grupos de forma coletiva, assessoria técnica aos grupos produtivos, confecção de código de barra para os produtos, desenvolvimento de novas receitas para novos produtos.

Ainda, há captação de recursos via projetos específicos a exemplo do Bahia produtiva que possui três projetos em linhas diferentes sendo elas: construção de laticínio, com o intuito de atender a demanda dos produtores que criam caprinos de aptidão leiteira; na linha da fruticultura com objetivo de aprimorar a fábrica de polpa para certificá-la; na linha das oleaginosas que visa atender os grupos que trabalham com licuri, tem como foco o aproveitamento do licuri na forma de polpa.

As ações citadas pela coordenação da cooperativa estão de acordo com o relatado pelos entrevistados representantes dos grupos produtivos, mostrando que

há uma coerência entre o que é feito pela cooperativa e o que é percebido pelos integrantes dos grupos.

Ao perguntar quais as dificuldades enfrentadas pela cooperativa diante dos grupos produtivos foi relatado que as maiores dificuldades são relativas à estrutura física das unidades de produção e beneficiamento que não se encontram aptas para tal finalidade, impossibilitando a certificação desses produtos por não atender a legislação. Falta de matadouro para animais de pequeno porte para atender a cadeia produtiva de caprinos de corte, também foram apontados como um gargalo, o que possibilitaria agregar valor a carne.

Falta de estrutura certificada para o beneficiamento do leite, o que ocasiona a falta de mercado para o queijo e iogurte também foi destacado como uma limitação. Problemas relacionados a produção de frutas locais para serem beneficiadas, devido a irregularidade das chuvas, como afirmou o entrevistado que diz “os grupos sofrem com a produção por conta de não conseguir fruta local, quando tem fruta não tem local para comercializar” (entrevistado C.C.C.), isso está relacionado, segundo a entrevista a oferta e a demanda, produtos com muita oferta.

Os problemas relacionados à cadeia de caprinos de corte e a estrutura das unidades de beneficiamento de frutas já estão para ser solucionado por meio do recurso do projeto Bahia Produtiva, segundo coordenadora entrevistada.

Buscou saber ainda quais as potencialidades visualizadas dentro dos grupos produtivos e obteve-se como resposta a dedicação dos integrantes dos grupos, dita pelo entrevistado como “a força de vontade de fazer acontecer” (entrevistado C.C.C). O trabalho coletivo e solidário. A comercialização dos produtos via Rede Monte Sabores, permitindo que os produtos estejam em três pontos em cidades diferentes, sendo que se procura ao máximo repetir a variedade de produto em cada ponto de venda. A produção de frutas nativas e nos quintais, permitindo saber a procedência e garantia de qualidade. Também é vista como potencialidade a participação dos jovens, principalmente do sexo feminino, representando um avanço na área.

Quando perguntado do ponto de vista da Coopersabor quais as mudanças observadas nos grupos produtivos e seus componentes ao longo do acompanhamento da cooperativa foi respondido que após organizarem-se em forma de cooperativa os grupos passaram a promover mudanças na forma de produzir,

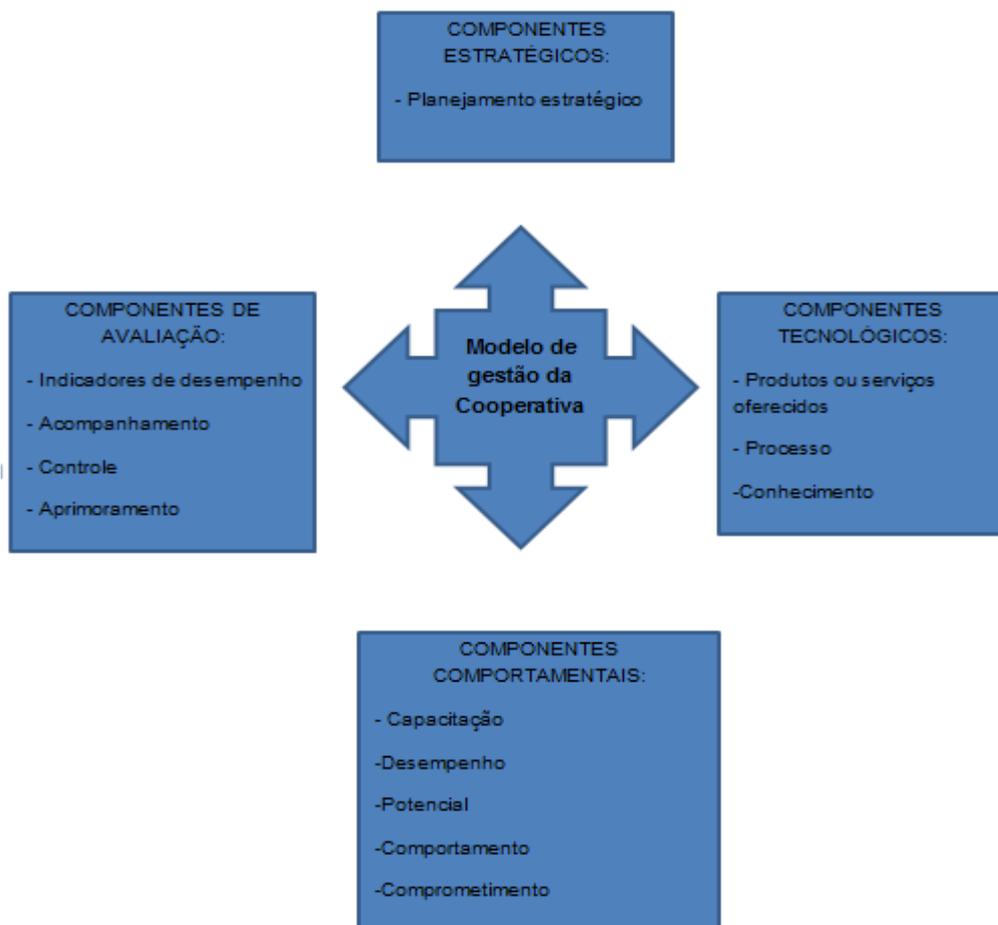
preocupando-se com a qualidade dos produtos, fazendo com que haja essa mudança, melhoria das relações e aumento do conhecimento entre cooperativa e grupo, e entre o próprio grupo por conta dos momentos de intercâmbios e reuniões, onde se juntam para discutir propostas de vendas e custos de produção.

Houve expansão do comércio por meio das cooperativas parceiras, segundo coordenadora, através do acesso a mercados institucionais, feiras da economia popular solidaria e da agricultura familiar e a rede interna Monte Sabores, valorização dos produtos locais, melhoria de renda evitando o êxodo rural dos jovens dando assim qualidade de vida por meio do acesso a recurso financeiro, formação humana e cultural, ganho de autonomia pelas mulheres, anteriormente submissas aos seus companheiros, como também foi destacada por uma entrevistada.

#### **4.7 - Elementos do Modelo de Oliveira (2006) nos grupos produtivos da COOPERSABOR**

Em atendimento a um dos objetivos deste estudo, procurou-se Identificar as ações desenvolvidas pela Cooperativa com base na análise de Oliveira (2006), referentes aos componentes de planejamento estratégico, componentes tecnológicos, componentes de avaliação e componentes comportamentais, em relação à sua atuação nas atividades produtivas e de mercado (Figura 5).

**Figura 5** - Componentes do Modelo de gestão estudados na COOPERSABOR



Fonte: Adaptado de (OLIVEIRA, 2006, apud GAMA; SILVA, 2010).

O Planejamento estratégico trata da interação da cooperativa com o mercado externo, esse contato com as condições fora da cooperativa, das quais ela não possui controle, servem de bagagem para traçar o caminho a ser seguido, por meio de ações e metas que a façam chegar ao objetivo (OLIVEIRA, 2012). Os grupos pesquisados declararam, como já observado, que fazem seus próprios planejamentos, a fim de alcançarem seus objetivos traçados.

O componente tecnológico é formado dos seguintes itens: produtos ou serviços oferecidos, processo e conhecimento. Produtos ou serviços oferecidos, definido por Oliveira (2012, p. 47) como sendo “a razão de ser da cooperativa, quando se considera sua interação com os cooperados e com o mercado em geral”. Não se pode fugir da razão de existir para atender demandas externas ou internas, tudo é norteado por essas razões, o interesse dos cooperados e do mercado precisa estar alinhado com os da cooperativa, para que não haja divergência de interesses.

Atendendo a esse item os grupos de produção entrevistados trabalham com o beneficiamento de fruta, beneficiamento da mandioca e beneficiamento do licuri. Os produtos beneficiados são: polpa de fruta, doces, geleias, compota, farinha de mandioca, beiju, fécula, farinha de tapioca, óleo de licuri para consumo humano, óleo de licuri para cabelo e pele, torta de licuri para alimentação animal, pelo de licuri usado na alimentação e óleo bruto destinado a saboaria, como também já destacado. A cooperativa trabalha com os produtos citados anteriormente, além dos produtos oriundos de outros grupos de produção que não foram entrevistados.

O item processo é tratado por Oliveira (2012, p.48), como “um conjunto de atividades sequenciais que apresentam relação lógica ente si”, estas têm como função garantir a satisfação dos clientes internos e externos, a partir do suprimento de suas carências, desejos e expectativas. Os grupos entrevistados desenvolvem diversas atividades ligadas a produção, coleta e beneficiamento, seja de frutas, mandioca ou licuri, pensando sempre em desenvolver um produto de qualidade que atenda a demanda do consumidor, a cooperativa se encarrega de comercializar estes produtos, suprimindo as necessidades de escoar a produção por parte dos agricultores familiares que compõem os grupos de produção e suprimindo também a necessidade do mercado que demanda por produtos de qualidade, assim sendo ajuda os dois públicos a chegarem aos seus objetivos.

O item conhecimento é visto como o poder de compreender a fundo um determinado tema, adequando sua utilização a realidade da cooperativa (OLIVEIRA, 2012). Atendendo a esse item a Cooperativa COOPERSABOR promove muitos intercâmbios entre os grupos, afim de promover troca de experiência, aprendizado coletivo, melhoria na qualidade dos produtos, desenvolvimento de novos produtos, conta também com engenheiro de alimento e técnicos em agropecuária que dão suporte a esses grupos por meio da troca de conhecimento.

Os componentes comportamentais são definidos pelo autor como capacitação, desempenho, potencial, comportamento e comprometimento dos cooperados (OLIVEIRA, 2006, apud GAMA; SILVA, 2010). Nos grupos de produção e na cooperativa estudados as capacitações são algo muito frequente, promovida por meio da troca de conhecimento entre os membros e por meio de profissionais. Sempre tem algo para ensinar e aprender quando se trabalha em coletivo. O desempenho é quantificado por meio dos objetivos alcançados ou não.

Nos grupos de produção o desempenho é avaliado mensalmente nas reuniões do grupo e nos encontros com os técnicos que realizam o acompanhamento, na cooperativa ocorre por meio das reuniões da coordenação e nas assembleias gerais, é nesses momentos de encontros que se ajustam as ações para que o desempenho seja sempre o melhor. O potencial de cada cooperado é ampliado por meio das constantes capacitações e trocas de experiências. Para fazer parte de um grupo de produção ou da cooperativa é necessário possuir comportamentos desejáveis para quem vai desenvolver atividade em grupo, sendo necessário concordar com os princípios da economia solidária.

O item comprometimento é presente nas atividades desenvolvidas pelos grupos de produção e pela cooperativa, este é de fundamental importância para o bom desempenho dos empreendimentos, que necessitam de pessoas comprometidas com a causa e com as ações.

Os componentes de avaliação são: indicadores de desempenho, acompanhamento, controle e aprimoramento. Fazem-se necessários para avaliar os processos e atividades desenvolvidas, visando conhecer e corrigir falhas e erros, acompanhar o desempenho dos seus projetos, e por fim ter ciência do que está dando certo. É com base nesses itens que se fazem os ajustes necessários para o bom desempenho da organização (OLIVEIRA, 2006, apud GAMA; SILVA, 2010).

No momento da aplicação da pesquisa de campo foi identificado que os grupos de produção e a cooperativa COOPERSABOR realizam avaliações periodicamente, seja nas reuniões, nas assembleias ou nos intercâmbios, buscando identificar os pontos fortes e fracos, as oportunidades e ameaças, pois é a partir do conhecimento que se possibilita conservar o que está dando certo e descartar ou corrigir o que está dando errado. O processo avaliativo é contínuo, sempre havendo algo a ser aperfeiçoado.

## **5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se que nesses 5 anos de atuação da COOPERSABOR, a mesma tem contribuído de forma significativa para que ocorram melhorias na vida dos agricultores familiares. Sobretudo as ações referentes aos aspectos de qualidade dos produtos, acesso aos novos mercados, organização interna dos grupos, padronização dos produtos, geração de renda, responsabilidade dos integrantes dos grupos de produção, valor agregado aos produtos, mão de obra destinada as atividades, tempo gasto na realização das atividades, gestão dos grupos, qualidade de vida e segurança alimentar. Havendo também um ganho de autonomia por meio das mulheres que deixaram de ser submissas e dependentes no financeiro de seus companheiros. Ainda que tenham enfrentado algumas dificuldades no percurso.

Diante da pesquisa realizada, constatou que a COOPERSABOR juntamente com seus grupos cooperados atendem aos componentes destacados por Oliveira (2006), sendo eles referentes ao planejamento estratégico, componentes tecnológicos, componentes de avaliação e componentes comportamentais que integram, portanto, o modelo de gestão proposto por Oliveira (2006 e 2012).

Diante do trabalho aqui exposto fica evidente a necessidade de outros estudos com a COOPERSABOR e seus grupos cooperados a fim de identificar as ações relacionadas a todos os componentes do Modelo de Gestão de Oliveira (2012). Uma investigação mais a fundo também se faz necessária nos grupos, em busca de melhor descrevê-los.

## 6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARESOL. **Associação Regional dos Grupos Solidários de Geração de Renda**, 2019. COOPERSABOR. Disponível em:<<http://aresol.org/a-coopersabor/>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

ARESOL. **Associação Regional dos Grupos Solidários de Geração de Renda**, 2019. Histórico. Disponível em:< <http://aresol.org/historico/>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

BRASIL. Casa Civil. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). Extrato DAP. Disponível em:<<http://smap14.mda.gov.br/extratodap/PesquisarDAP>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

BRASIL. **DECRETO Nº 37.106, DE 31 DE MARÇO DE 1955**. Institui a companhia da Merenda Escolar. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-332702-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 23 jan. 2019

BRASIL. **LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.178-34, DE 28 DE JUNHO De 2001**. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/MPV/Antigas\\_2001/2178-34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2001/2178-34.htm)>. Acesso em: 23 jan. 2019

BRASIL. **LEI nº 10.696, 2 de julho de 2003.** Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.696.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. **LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009.** Conversão da Medida Provisória nº 455, de 2008. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2019.

DIEESE. **Estudo sobre o perfil das cooperativas baianas.** Salvador, 2013. Disponível em: <[https://geo.dieese.org.br/bahia/estudos/perfil\\_coop\\_baianas.pdf](https://geo.dieese.org.br/bahia/estudos/perfil_coop_baianas.pdf)>. Acesso em: 10 de jul. 2019.

DIOGO, Maria Fernanda; COUTINHO, Maria Chalfin. A dialética da inclusão/exclusão e o trabalho feminino. **Interações**, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 121-142, jun. 2006.

ERHART, Sabrina; PALMEIRA, Eduardo Mauch. Análise do setor de transportes. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, v. 1, p. 71, 2006.

FARIAS, Mícarla Xavier de. **O lugar do trabalho na vida das mulheres raspadeiras de mandioca de Itabaiana/Pureza–RN.** 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

GAMA, Aline Rodrigues; SILVA, Carlos Eduardo. Modelo estratégico de gestão de cooperativas rurais: o caso da beneficiadora de castanha Cooperacaju, Cícero Dantas, Bahia. **Scientia Plena**, v. 6, n. 10, 2010.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A produção da autonomia: os "papeis" do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos: sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro, RJ. Vol. 15, n. 1, p. 89-122, 2007.

GONÇALVES, Alicia Ferreira. A história dos fundos rotativos solidários no estado da paraíba: a construção político-institucional de uma política pública (the history of the solidary revolving funds in the state of paraíba: the polical istitutional construction of a public policy). **Gestão Pública: Práticas e Desafios**, v. 1, n. 1, 2010.

GRISA, Catia; SCHMITT, Claudia Job; MATTEI, Lauro Francisco; MALUF, Renato Sergio; LEITE, Sergio Pereira. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de assentamentos**, v. 13, n. 1, p. 137-170, 2010.

GRISA, Cátia. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; DI SABBATO, Alberto; VIDAL, Fatima Maria de. Evolução da agricultura familiar nordestina: uma análise comparativa entre os dois censos agropecuários. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 5, p. 93-106, 2014.

IBGE. Censo Agropecuário. **IBGE**, 2006. Disponível em:<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuario.html?edicao=9829&t=resultados>>: Acesso em: 27 jun 2019.  
IBGE. Censo demográfico. **Sinopse do Censo Demográfico, 2010**. Disponível em:<[https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/siopse\\_tab\\_uf\\_zip.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/siopse_tab_uf_zip.shtm)>. Acesso em: 27 jun 2019.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves; TOLEDO, Carlos de Almeida; FAZIO, Denizart Busto de; TAFURI, Diogo Marques; BRAZ, Juliana de Oliveira Barros; CAMARGO,

Silvia Soares de. **Experiências de Finanças Solidárias no Brasil créditos e financeirização da (luta pela) reprodução social**. São Paulo: Nesol/USP, 2016.

**MAIS MERCADO**: Articulação entre a oferta da Agricultura Familiar e a demanda do PNAE na Bahia. UFRB. Cruz das Almas, 2017.

OLIVEIRA, Alexsandra D. de; FERNANDES, Edemo João; RODRIGUES, Teresinha de J. D.. Condutância estomática como indicador de estresse hídrico em feijão. Engenharia Agrícola. **Associação Brasileira de Engenharia Agrícola**, v. 25, n. 1, p. 86-95, 2005.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática. 6 ed. **São Paulo: Atlas**, 2012.

PASTORAL DA CRIANÇA. Quem somos, 2019. Disponível em:<  
<https://www.pastoraldacrianca.org.br/quemsomos>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

PETINARI, Ricardo Alessandro; TERESO, Mauro José Andrade; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A importância da fruticultura para os agricultores familiares da região de Jales-SP. **Revista Brasileira de Fruticultura, Jaboticabal**, v. 30, n. 2, p. 356-360, 2008.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flavia Maria; FREITAS, Camila da Silva; CHIODI, Rafael Eduardo; AYRES, Eduardo Barbosa. Produção e conservação de recursos na agricultura familiar dos gerais sanfranciscanos, semiárido de Minas Gerais. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 5, p. 119-132, 2014.

ROSA, Nadir Paula Da; LAGO, Adriano ; SANTOS JUNIOR, Silvio ; MENDONCA, Erica Silva. Cooperativas como forma de organização da agricultura familiar. In: 46th Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), Julho 20-23, Rio Branco, Acre, Brasil. **Anais...** 2008.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 1 ed. São Paulo, SP: Best Seller, 1999.

SANTOS, Alessio Moreira dos; MITJA, Danielle. Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA. **Interações (Campo Grande)**, v. 13, n. 1, p. 39-48, 2012.

SCHNEIDER, Sergio; NIEDERLE, Paulo André. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, p. 989-1014, 2008.

SICCOOB. **O que é cooperativismo**. Disponível em:

<<http://www.siccoobcecremef.com.br/o-que-e-cooperacao/>> Acesso em: 19 de Dez. de 2018.

SOUSA, Letícia Pulcides de. Cooperativismo: conceitos e desafios à implantação da economia solidária. **Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, v.2, n.2, 2009.

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 205-222, 2014.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

WAGNER, Danielle; GEHLEN, Ivaldo. A inserção da agricultura familiar no mercado institucional: entre o direito e o acesso ao recurso da política pública. **Tempo da Ciência**, v. 22, n. 43, p. 43-54, 2015.

WAQUIL, Paulo Dabdab; MIELE, Marcelo; SCHULTZ, Glauco. **Mercados e comercialização de produtos agrícolas**. 1 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO – ZEE Preliminar. **Secretaria do Planejamento – SEPLAN; Secretaria do Meio Ambiente – SEMA**. Plano de Desenvolvimento Sustentável: Caracterização dos Territórios Rurais de Identidade, 3º Relatório Básico, Rev. 01, vol. VIII, Governo do Estado da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <[http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica\\_territorial/ZONEAMENTO\\_ECOLOGICO-ECONOMICO-ZEE/1123.00\\_Caracterizacao-dos-TIs.pdf](http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica_territorial/ZONEAMENTO_ECOLOGICO-ECONOMICO-ZEE/1123.00_Caracterizacao-dos-TIs.pdf)>. Acesso em: 03 jul. 2019.

## **APÊNDICE A**

Roteiro de Campo para entrevista

### **1 - Identificação do grupo**

Nome do grupo:

Nº de participantes: mulheres:          homens:

Local onde o mesmo está situado:

Idade do grupo:

Contato:

Nome do entrevistado:

Função desenvolvida no grupo:

Quais as atividades desenvolvidas pelo grupo?

### **2 - Atuação da Coopersabor – Percepção dos Cooperados**

O grupo já existia antes da COOPERSABOR?

Em sua opinião qual o papel da COOPERSABOR para os agricultores?

Para o Sr/Sr.<sup>a</sup> o que mudou depois da Coopersabor na vida dos integrantes do grupo?

Há troca de conhecimento entre os grupos que compõem a COOPERSABOR?

Como é feito?

### **3 - Produção**

Há alguma ação desenvolvida interna ou externamente em relação às atividades de produção e de mercado? Quem são os responsáveis? E como é sistematizada esta ação?

O Sr/Sr.<sup>a</sup>/Grupo recebe (em) com regularidade algum tipo de assistência técnica?

Quem é o responsável pela assistência técnica? É suficiente para atender as demandas?

Quais as principais dificuldades enfrentadas no momento da produção?

Quais são os produtos produzidos?

Os produtos são padronizados? De que forma?

É feito algum tipo de escalonamento e planejamento da produção? Há orientação?  
De quem?

Os produtos são vendidos logo após serem produzidos ou são estocados?

Como é feito o acompanhamento da aceitação dos produtos pelos consumidores?

Eles podem dar sugestões a respeito dos produtos? Como?

#### **4- Mercado**

Tudo que é destinado à venda é vendido? Caso não seja, o que é feito com o excedente?

Quais os canais de comercialização acessados?

Como avalia os preços pagos pelos produtos?

Quais os principais desafios enfrentados no momento da comercialização?

É feito algum tipo de capacitação na área de produção, beneficiamento e comercialização? Quem oferece?

O grupo acessou ou acessa algum tipo de crédito? Quais?

#### **5 - Organização social**

Por que escolheram formar um grupo ao invés de trabalharem de forma individual?

Quais as vantagens de trabalhar em grupo?

Houve algum incentivo externo para formação do grupo? De quem?

Como é feita a gestão do grupo?

Como são tomadas as decisões dentro do grupo?

Como é feita a divisão dos cargos dentro do grupo?

Há uma rotatividade para que os participantes possam passar por diferentes cargos?

Há maior número de pessoas querendo fazer parte do grupo ou querendo sair?

Quais as justificativas?

O grupo trabalha com metas? Quais? Como são estabelecidas?

É realizado algum diagnóstico para identificar os pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças? Quem faz?

Quais as melhorias observadas na vida dos participantes ao longo da existência do grupo?

## APÊNDICE B

### Roteiro de campo- COOPERSABOR

Nome:

Contato:

Idade:

1- Quais as ações desenvolvidas pela cooperativa nos grupos de agricultores?

2- Quais as dificuldades enfrentadas pela cooperativa diante dos grupos produtivos?

3- Quais as potencialidades visualizadas dentro dos grupos produtivos?

4- Do ponto de vista da Coopersabor quais as mudanças observadas nos grupos produtivos e seus componentes ao longo do acompanhamento da cooperativa?